



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLVII — Nº 127

TERÇA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1992

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 148^a SESSÃO, EM 10 DE AGOSTO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR COUTINHO JORGE — Encaminhando à Mesa, requerimento de informações à Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República e ao IBAMA, sobre valores arrecadados e aplicados nos termos da Portaria nº 441/89, do IBAMA.

SENADOR RONALDO ARAGAO — Considerações sobre os consórcios no Brasil. Reajustes abusivos das mensalidades escolares.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Homenagem ao escritor Jorge Amado, pelo transcurso de seu 80º aniversário.

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO — Congratulando-se com os atletas brasileiros pelas vitórias conquistadas nos 25º Jogos Olímpicos, em Barcelona, especialmente com os integrantes da seleção masculina de vôlei.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 592/92, de autoria do Senador Francisco Rollemburg, solicitando que seja convocado o Ministro de Estado da Previdência Social, Reinhold Stephanes, para prestar, perante o Plenário do Senado, esclarecimentos sobre assun-

tos pertinentes à sua pasta, especialmente com relação às anunciadas reformas no sistema previdenciário brasileiro.

— Nº 593/92, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "Violações da Ética", de autoria do Senador Josaphat Marinho, publicado no jornal *Correio Braziliense* edição de 9 de agosto de 1992.

— Nº 594/92, de autoria do Senador Coutinho Jorge, solicitando da Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, informações que menciona.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara nº 65/92 (nº 11/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 92/91, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6, 13 e 100/91). **Retirado da pauta.**

Projeto de Lei da Câmara nº 92/91 (nº 1.714/89, na Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 65/92, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6, 13 e 100/91). **Retirado da pauta.**

Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que regulamenta o art. 185,

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CARLOS HOMERO VIEIRA NINA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

da Constituição da República, e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 92/91 e 65/92, e os Projetos de Lei do Senado nº 13 e 100/91.) **Retirado da pauta.**

Projeto de Lei do Senado nº 13/91, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que regulamenta a função social da propriedade rural e a execução da reforma agrária. (Tramitando em conjunto com os Projetos da Lei da Câmara nº 92/91 e 65/92, e os Projetos de Lei do Senado nº 6 e 100/91.) **Retirado da pauta.**

Projeto de Lei do Senado nº 100/91, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que define a pequena propriedade rural e estabelece meios para financiar o seu desenvolvimento. (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 92/91 e 65/92, e os Projetos de Lei do Senado nº 6 e 13/91.) **Retirado da pauta.**

Projeto de Resolução nº 17, de 1992, que autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar a contratação de operação de crédito externo, no valor de cento e sessenta e sete milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — Banco Mundial. **Discussão encerrada**, após parecer de Plenário, contrário às Emendas nºs 1 e 2, tendo usado da palavra os Srs. Ronaldo Aragão e Odacir Soares, ficando a votação adiada por falta de quorum.

Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1989 (nº 1.148/88, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências. **Discussão encerrada**, ficando a votação adiada nos termos do art. 168, do Regimento Interno.

Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1992 (nº 51/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. **Discussão encerrada**, em 2º turno.

1.3.1 — Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Importância da implementação do Projeto Brasil 2010 para a real modernização do País.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Transcurso do 80º aniversário do escritor Jorge Amado.

1.3.2 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

— Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 54/92, sendo que ao mesmo tempo não foram oferecidas emendas.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATO DA COMISSÃO DIRETORA

— Nº 22, de 1992

3 — ATOS DO PRESIDENTE

— Nº 282, de 1992 (Replicação)

— Nº 318 a 325, de 1992

4 — PORTARIAS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO
Nºs 43 a 47, de 1992

5 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

— Nº 19, de 1992

6 — DIRETORIA GERAL

— Extrato de Contrato Nº 20/92

7 — ATAS DE COMISSÃO

8 — MESA DIRETORA

9 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 148^a Sessão, em 10 de agosto de 1992

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 49^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Garibaldi Alves Filho

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Carlos Patrocínio — Chagas Rodrigues — Coutinho Jorge — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Meto — Francisco Rollemburg — Garibaldi Alves Filho — Gerson Camata — João Rocha — Jonas Pinheiro — José Paulo Bisol — Lourival Baptista — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Rachid Saldanha Derzi — Ronaldo Aragão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE (PMDB — PA). Pronuncia o seguinte discurso: Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Srs. Senadores. Nesta data, estou encaminhando à consideração do Senado um requerimento vazado nos seguintes termos:

“Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal; e art. 216, II do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitados à Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis — IBAMA — as seguintes informações:

a) os valores arrecadados nos termos dos arts. 7º e 12 da Portaria nº 441/89, de 9 de agosto de 1989, discriminados por unidade da Federação e por ano de arrecadação;

b) a aplicação dos valores arrecadados, discriminados por unidade da Federação e por atividades objeto da aplicação anualmente.”

Sr. Presidente e Srs. Senadores, a justificativa deste requerimento é baseada exatamente na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal.

Dispõe o art. 21 deste Código:

“As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.”

O Decreto nº 97.628, de 10 de abril de 1989, regulamentou o citado artigo e criou o Plano Integrado de Floresta-Indústria — o PIFI —, que a empresa deve elaborar para dar cumprimento à obrigação prevista no Código Florestal.

O Decreto nº 97.628, no seu art. 1º, que regulamenta o art. 21 do Código Florestal, diz o seguinte:

“As pessoas físicas ou jurídicas consumidoras de matéria-prima florestal, tais como siderúrgicas, metalúrgicas, fábricas de celulose, aglomerados e similares, cerâmicas, cimenteiras e outras, cujo consumo anual seja igual ou superior a 12.000 st/ano (doze mil estéreos por ano) de lenha ou qualquer outra matéria-prima de origem florestal, ou seja, quatro mil metros cúbicos por ano de carvão vegetal, deverão manter ou formar, diretamente ou em participação com terceiros, florestas próprias destinadas ao suprimento, cuja produção, sob exploração racional, seja equivalente ao consumo da unidade industrial, inclusive em suas futuras expansões.”

E o que é mais importante está contido no parágrafo único desse decreto, que diz o seguinte:

“A comprovação do atendimento ao disposto neste artigo será realizada mediante apresentação do Plano Integrado Floresta-Indústria — PIFI — demonstrativo de fontes de suprimento de matéria-prima florestal voltada ao abastecimento da unidade consumidora, conforme metodologia, critérios e parâmetros estabelecidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.”

Srs. Senadores, mediante Portaria nº 441/89, de 9 de agosto de 89, o IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — disciplinou a reposição florestal das empresas que consomem matéria-prima florestal e que estejam enquadradas nas normas previstas pelo citado decreto.

Após definir vários procedimentos para reposição florestal, estabelece a portaria, no art. 7º, que, quando for constatado que a empresa não vem realizando o plano de manejo e rendimento sustentado, será efetuada a cobrança de reposição florestal do volume de matéria-prima extraído.

Assim, o art. 1º da referida Portaria — daí nossa surpresa, aqui deveria ser um decreto, e não uma simples portaria do Ibama, mas ela foi baixada em agosto de 89 — diz o seguinte:

“Art. 1º As pessoas físicas ou jurídicas que explorarem, utilizarem, transformarem ou consumam matéria-prima florestal ficam obrigadas à reposição florestal com as espécies florestais adequadas e técnicas sylviculturais que garantam maior produtividade ao objetivo do empreendimento e cuja produção seja, no mínimo, equivalente ao seu consumo.”

O art. 2º da referida Portaria diz:

“Art. 2º Para o exercício dos direitos decorrentes de seus registros no Ibama, as pessoas físicas ou

jurídicas não enquadradas no Decreto nº 97.628, de 10-4-89, que consumam acima de 12.000 (doze mil) m³ de matéria-prima florestal anual ficam obrigadas a compor seu abastecimento de matéria-prima obedecido o seguinte cronograma:

A B A S T E C I M E N T O

ANO	FLORESTA PLANTADA OU NATIVA SOB MANEJO
1989	40%
1990	50%
1991	60%
1992	70%
1993	80%
1994	90%
1995	100%

O art. 7º da referida Portaria diz o seguinte:

"Art. 7º Quando constatada, através de vistorias, a não-realização das operações e tratos culturais previstos para o Plano de Manejo de Rendimento Sustentado, o mesmo será embargado, sendo efetuada a cobrança de reposição florestal do volume de matéria-prima extraída, ficando a liberação condicionada aos ajustes adequados."

O art. 12 da referida portaria preconiza:

"Aos consumidores não abrangidos pelo Decreto nº 97.628/89 e pelo art. 2º desta portaria será permitido optar pelo recolhimento do valor equivalente à reposição florestal, à conta "Recursos Especiais à Aplicar — optantes de reposição florestal".

É importante o que determina o art. 13 no seu § 2º:

"As importâncias recolhidas através de DUA serão escrituradas em conta própria e aplicadas pelo Ibama nos Estados de origem da receita, de acordo com as prioridades estabelecidas pela Superintendência, ouvida a Administração Central do Ibama.

3º receita oriunda da conta Recursos Especiais à Aplicar destina-se à execução de projetos técnicos de plantio, pesquisa e fomento na área florestal, ou ainda, à aquisição de áreas destinadas à implantação de Florestas Nacionais."

Ora, Srs. Senadores, existe uma portaria que, em última análise, está regulamentando um decreto que estabeleceu regras para o Código Florestal. Diz a portaria que aqueles consumidores de matéria florestal que porventura não compram o previsto no Código Florestal e, sobretudo, no Decreto nº 97.628, ou seja, que não fazem o reflorestamento, o manejo sustentado da floresta para atendimento de suas atividades industriais, é permitido o recolhimento de um valor equivalente à reposição que deveriam fazer, utilizando as chamadas florestas de rendimento ou de manejo.

Significa dizer que eles teriam uma opção de pagar por aqueles produtos florestais que estão utilizando sem fazer a reposição e fariam isso ao Ibama, que, conforme consta aqui, teria a obrigação de aplicar nos estados de origem da receita. E muito mais: o objetivo da aplicação dos recursos seria destinado à execução de projetos técnicos de plantio, pesquisa e fomento na área florestal.

No que diz respeito à Amazônia, sabemos que esses recursos vêm sendo recolhidos desde 89 e não temos informação sobre o valor do recolhimento desses recursos de nenhum dos Estados da Federação, sobretudo da sua aplicação racional em favor, como diz a portaria, da execução de projetos técnicos de plantio, pesquisa e fomento na área florestal.

Por esse motivo, Srs. Senadores, estamos fazendo este requerimento ao Ibama e à Secretaria do Meio Ambiente, para que nos informem os valores arrecadados, nos termos dos arts. 7º e 12 da Portaria nº 441/89, discriminados por unidade da Federação, quer da Amazônia, do Nordeste, do Centro-Oeste ou do Sudeste. Em segundo lugar, pedimos também, no referido requerimento, a forma como estão aplicados esses valores arrecadados em cada região e em que tipo de programa e projetos voltados à preservação, conservação e manutenção dos recursos florestais aplicados anualmente pelo Ibama. Sabemos que os valores são muito elevados e que, lamentavelmente, pelo menos os Estados da Amazônia não os conhecem nem sabem a sua devida aplicação.

Daí não podermos, a priori, fazer um julgamento do Ibama ou da Secretaria do Meio Ambiente — Sema —, sem uma resposta efetiva a este requerimento.

Evidentemente, em função das informações dadas por esses dois órgãos a este Senado, tomaremos as providências cabíveis a respeito do cumprimento da legislação vigente. Trata-se de um assunto muito relevante tanto para a região Amazônica como para as demais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, o Sr. Mauro Benevides, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna desta Casa na tarde de hoje são algumas considerações que quero fazer a respeito dos consórcios no Brasil.

Sr. Presidente, não entendo como se diz que a inflação está controlada, que os juros altos provocam a queda dessa inflação, se o que estamos vendo, no dia-a-dia, é a coisa mais estapafúrdia neste País.

Refiro-me aos consórcios e às mensalidades escolares, que cheiram às raias do absurdo, pois seus dirigentes se baseiam nas Leis nº 8.419, de 1992, e nº 8.178, para aumentar as suas prestações todos os meses, como se o salário também aumentasse.

O que estamos vendo é que aqueles que procuram colocar seus filhos na escola particular, hoje, não têm mais condições para mantê-los lá, porque as mensalidades são um verdadeiro absurdo.

Não há controle. O Ministério da Economia nada controla. O Ministério da Economia, neste País, só aumenta as taxas de juros. A inflação continua, e o que se diz é que está tudo controlado.

Mas, Sr. Presidente, seria esta apenas uma referência no início do meu pronunciamento nesta tarde. Hoje, cobram-se as mensalidades escolares conforme a fisionomia do pai do aluno. Não há regras nem regulamentos; fazem ao bel-prazer. É preciso que o Ministério da Economia tenha um posicionamento sobre isso, porque a Nação não agüenta mais esses absurdos.

Sr. Presidente, além desse abuso de que trarei mais amiúde em outros pronunciamentos, das mensalidades das escolas particulares, quero me ater aos consórcios de automóveis no Brasil. Aliás, aos consórcios em geral.

Para que V. Ex^a, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tenham uma idéia, um cidadão, ao comprar um automóvel em 50 prestações, 50 meses, sofre aumentos de toda a sorte.

Discorrerei, aqui, sobre um consórcio que foi comprado em 50 meses e, ao bel-prazer do concessionário, foi aumentado para 60 meses.

No mês passado, a prestação desse consórcio foi de Cr\$ 945 mil; este mês, já veio uma prestação de Cr\$ 1,5 milhão — um aumento de mais de 60% — distribuído assim: contribuição para compra do bem, fundo de veículo, Cr\$ 236 mil; fundo de reserva, Cr\$ 11,8 mil; reajuste do saldo de caixa, Cr\$ 21,3 mil, fora o aumento da prestação propriamente dita.

Quero perguntar onde é que está o controle inflacionário, pois para uma inflação de 22%, veio um aumento de mais de 60%; mais de 60% numa prestação que, no mês passado, estava em Cr\$ 945 mil!

E não pense que se procurar o Procon, alguém vai lhe dar uma resposta; se procurar o Ministério da Economia também ninguém sabe; se procurar aquele órgão do Ministério da Justiça que é responsável pela fiscalização de consórcio também lá ninguém sabe; aliás, neste País, ninguém sabe de nada.

E o que estamos vendo aí, Sr. Presidente, é a sociedade brasileira à mercê de uma política econômica que ninguém sabe para onde vai, à mercê de aumentos que extrapolam a inflação de 22%. Repito o que disse num pronunciamento anterior: isto é o “samba do criolo doido”. Ninguém mais é responsável na economia deste País!

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, deixo aqui uma indagação a respeito dos consórcios no País e pergunto ao Ministério da Justiça, que tem um órgão responsável pelo controle de consórcios, e indago ao Banco Central: quem responde pelos aumentos absurdos da mensalidade escolar? Ninguém é responsável mais neste País. Este é um país do “faz-de-conta”.

O Sr. Esperidião Amin — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RONALDO ARAGÃO — Só para terminar o meu raciocínio; já darei o aparte a V. Ex^a

Sr. Presidente, esta minha indignação é para que as autoridades venham e digam o que está ocorrendo de maneira sincera e honesta.

Ouço o Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin — Senador Ronaldo Aragão, ouço com atenção este seu pronunciamento em tom de desabafo e quero partilhar com V. Ex^a esta preocupação quanto ao estado de indefesa econômica em que a sociedade se encontra. Nós, que aprovamos a indicação dos membros do Cade, que tem exatamente o papel de, como conselho, administrar o chamado direito econômico e a capacidade de defesa do cidadão diante dos abusos; nós, que temos assistido a inúmeras

discussões em torno de consórcios — o Senado não se fez omisso nessa matéria assim como o Congresso também não se omitiu com relação à mensalidade escolar —, vemos com perplexidade essa faceta da chamada modernidade brasileira. Tenho acompanhado alguns pronunciamentos de companheiros nossos — o Senador Francisco Rolemberg, que está aqui presente; o meu conterrâneo Senador Nelson Wedekin falou sobre a questão dos medicamentos e eu próprio fiz endereçar, através da Mesa do Senado, dois requerimentos de informação a respeito desse assunto. O preço de medicamentos, juntamente com o da mensalidade escolar e o do consórcio integram o que chamo de tripé da demonstração de que o puro e simples liberalismo não funciona no Brasil. Aproveito para aduzir, às colocações que V. Ex^a está fazendo, algumas informações que antecipo a um pronunciamento que pretendo fazer, nesta semana, a respeito desse assunto, um pronunciamento escrito, o que não é meu hábito. Mas dos requerimentos de informação que apresentei pude recolher informações realmente entristecedoras a respeito da evolução do preço de medicamento nos últimos seis meses.

Foi em maio deste ano que os medicamentos de uso continuado tiveram os seus preços igualmente liberados, assim como já se fazia com outros medicamentos a partir do ano passado. E o que se percebe não é modernidade — assim como nesse caso de consórcio V. Ex^a está a denunciar —, mas remeter, a pretexto de se viver numa sociedade capitalista, moderna, a população, que está tendo os seus salários constrangidos por uma política econômica deliberada, ao estado da mais absoluta incapacidade de se defender. Pode-se dizer, inclusive, que quem entrou no consórcio repete o erro cada vez que paga uma prestação e não pode desistir. No que se refere à mensalidade escolar, pode-se dizer, argumentando-se de certa maneira, um pouco cínicamente, que o cidadão escolheu uma escola particular; portanto, que assuma as responsabilidades. No caso do medicamento, principalmente aquele de uso continuado, ou seja, medicamento que o cidadão, por força de uma circunstância biológica ou de saúde, é obrigado a ingerir periodicamente, nesse não há opção, pois é a sua situação de saúde que o remete àquela dependência. Sem ter instrumentos de defesa da sociedade, esse tipo de capitalismo não é moderno, porque, nas sociedades do chamado livre mercado do Primeiro Mundo, há outros mecanismos de defesa para repelir as pressões que grupos econômicos, estratificados e detentores de parcela do mercado, impõem. Aqui, no Brasil, como V. Ex^a disse, no caso dos consórcios, o Banco Central, o Procon, enfim, os organismos de que a sociedade deveria dispor para se defender não estão atuando. Em igual situação estão os consumidores diante dos aumentos dos medicamentos. As multas chegam a ser confidenciais, ou seja, não há penalização pelo acinte que o contraventor que pratica o abuso do poder econômico deveria enfrentar. De sorte que V. Ex^a aborda um dos aspectos mais equivocados da chamada modernização da economia brasileira, modernização sem que haja concorrência, quando existe, na verdade, pela uniformidade de regras, um verdadeiro oligopólio, tanto na questão da mensalidade quanto na questão do consórcio, ou do medicamento. Isso não é modernização, isso é canibalismo praticado contra cativos, porque o mercado é cativo e os canibais podem até escolher a hora e o objeto de refeição. Quando isso acontece numa sociedade que está sendo empobreceda por uma política econômica, trata-se de uma forma refinadamente cruel de algo que já é cruel pela sua própria natureza, que é o canibalismo. De forma que as ponderações

que V. Ex^a faz são oportunas e devem ter eco, sim, sob a forma — quem sabe — de uma convocação dos membros do Cade, da Secretaria de Economia e, eventualmente, da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça, que poderíamos organizar a partir de fatos concretos, como esse que V. Ex^a está a trazer.

O SR. RONALDO ARAGÃO — Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Esperidião Amin, homem experimentado e conhecedor dessa problemática, por trazer à baila a questão do preço dos medicamentos, que são proibitivos. Hoje ninguém pode adoecer no Brasil. Aqueles que ganham salário mínimo neste País estão condenados a não ter condições de comprar medicamentos, porque a saúde pública no Brasil é uma questão de polícia.

É preciso que as autoridades, os responsáveis pelo Procon, pelo Banco Central, pelo controle da economia nacional, dêem um freio em tudo isso, pois há muito tempo o cidadão que ganha um salário mínimo não pode comprar medicamentos, ou carne.

Sr. Presidente, o Senador Esperidião Amin argumentou muito bem ao falar que isso não é liberalismo, que isso não é modernidade. Como pode um país pregar modernidade se o salário mínimo é de Cr\$ 230 mil? Que modernidade é essa? Para onde vamos?

Esse, Sr. Presidente, o meu protesto, a minha indignação, para que não fique circunscrito ao Plenário desta Casa, essas minhas indagações a respeito dos consórcios no Brasil, como também as problema da mensalidade escolar, que já passou a ser um abuso, visto que sofre alterações a cada trinta dias. Assim, as escolas particulares deste País, que, há algum tempo, eram de elite, hoje já não o são mais. Até determinados funcionários públicos, como os do Banco do Brasil, que tinham os seus filhos em escolas particulares, hoje são obrigados a transferi-los para a rede pública, cujo ensino deixa muito a desejar. É preciso que se melhore, que se dê outra dimensão, ao ensino nas escolas públicas brasileiras.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero deixar aqui o meu protesto e dizer que farei oportunamente um requerimento solicitando as explicações devidas ao descontrole na mensalidade dos consórcios nacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemburg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PFL — SE) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ontem à noite, assistindo à televisão, tive oportunidade de reencontrar-me com um período muito doce e muito agradável da minha mocidade quando estudante na Bahia. E fiz assistindo às homenagens que eram prestadas, naquele instante, àquele baiano ilustre, de estirpe sergipana, que é o escritor Jorge Amado. Lá estava uma multidão incalculável — Dorival Caymmi cantava para o povo da Bahia, Jorge Amado e sua companheira Zélia sorriam da janela de um dos sobradões, em companhia de Antônio Carlos.

Naquele instante, Sr. Presidente e Srs. Senadores, voltei à Bahia do meu curso médico e comecei a me lembrar, então, de como interessante fora a minha juventude e quão competente tem sido, pela vida afora, o eminente escritor Jorge Amado na captação dos tipos os mais interessantes, desde o homem do povo ao intelectual de escol, para os transformar

nos seus personagens, no mais das vezes, sem sequer a preocupação de dar-lhes outro nome.

Recordei-me — e recordo-me agora — de um tipo muito interessante que é citado nos seus livros, Mirandão, o tipo feito e acabado do boêmio da Bahia: alto, elegante, de gravata com broche, de chapéu, ex-universitário, estudante de Agro-nomia, farrista emérito, boêmio dos mais interessantes, pela maneira com que se conduzia, pela capacidade de fazer amizades, pelas histórias que contava, pelos tipos que fazia, pela vida que vivia. Lembrei-me do meu sexto ano de Medicina, quando elegemos o nosso orador. Era uma tradição, após essa eleição, nos dirigirmos todos a um bar-restaurante, que ficava na Praça da Sé. E lá estava presente, como em todos os anos, há quase meio século, o Barão de Mococof, um tipo folclórico, um senhor da minha altura, um pouco mais gordo, cabelos brancos, de roupa branca, que fazia uma saudação, um discurso gongórico do mais interessantes, é depois partia para comemorar com os estudantes a eleição do seu parainfo e do seu orador. Era uma rotina na vida do estudante da Bahia.

Foi também seu tipo um professor muito querido meu, Wenceslau Pires da Veiga, que Jorge Amado, em "Dona Flor e Seus Dois Maridos", citou como eminentes músico, e que tinha uma virtude excelsa de conseguir fazer transposição de música: ele transpunha partituras de obras clássicas para a trompa. Wenceslau ficou immortalizado na obra de Jorge Amado e na literatura brasileira, por uma das suas virtudes, no tempo em que ele era um emérito professor da Universidade da Bahia, meu mestre, aquele que me ensinou a operar e que tinha por mim uma afiliação fraterna.

Outro deles foi Ministro do Tribunal Regional do Trabalho em Brasília, Carlos Coquejo Costa, há bem pouco tempo falecido, que, tenho certeza, estaria naquele instante, naquela hora, no Pelourinho, para homenagear a figura querida de Jorge Amado.

Calazans Neto certamente lá estava, meu colega do Colégio Central, artista plástico da maior proeminência no País e da minha geração, com Iener Augusto, pintor das marinhas, meu colega de infância em Laranjeiras, nascido em Estância.

Dorival Caymmi era o cantor quando ouvi a sua homenagem.

Lá não estava, porém, pois fazia companhia a Carlos Coquejo Costa e a Wenceslau Pires da Veiga. Menininha do Gantois, pessoa que ele tanto cantou, com quem tanto falou e com quem tanto conviveu.

Não estava também o famoso capoeirista Mestre Bimba, nem Camafeu de Oxossi.

Citei todos esses nomes, e citaria mais uma infinitade deles, que foram pessoas que conviveram com a minha geração e que puderam fornecer a Jorge Amado a matéria-prima para a sua obra ficcional, talvez a mais brasileira das literaturas, talvez o escritor que tenha conseguido captar melhor a angústia, a miséria, o sofrimento, a alegria da vida.

Mas, Sr. Presidente, fiz esse preâmbulo para um discurso que eu não iria ler, iria deixar nesta Casa como lido registrando a sua efemeride.

Talvez um pouco atrasado em relação aos meus outros companheiros que já homenagearam, mas eu queria fazê-lo hoje, porque hoje é o dia do seu aniversário. É hoje que Jorge Amado completa 80 anos de profícuo trabalho projetando a literatura brasileira além-fronteiras.

A cultura nacional precisa manter-se sempre viva aos olhos e às emoções de todos os brasileiros.

Quando qualquer de seus representantes ainda está em nosso meio, como alvo do reconhecimento público, tanto por sua contemporaneidade, quanto por seus indiscutíveis laços com a manutenção dos mínimos valores da genuinidade que representa, afi, sim, merece destacar-se com maior firmeza e com ampliada dedicação.

O dia 10 de agosto é uma data marcante. É quando uma das figuras exponenciais de nossas letras completa, neste 1992, 80 anos de idade, 60 dos quais responsáveis pela edificação de uma obra das mais expressivas de toda a literatura brasileira.

É Jorge Amado representante singular da corrente modernista do neo-realismo regional, de que fizeram parte também José Américo de Almeida, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, como figuras de indiscutível destaque e de projeção internacional.

Se José Américo de Almeida havia aberto a tendência, com a publicação de "A Bagaceira", caracterizada pela revelação do Nordeste brasileiro ao resto do País, com sua paisagem e seus tipos humanos; se a Graciliano Ramos agraciou mais a introversão, representada por individualidades típicas de seu meio, como fonte de recursos para a compreensão do sentimento agreste; se José Lins do Rego optou por enveredar para a percepção intimista desse mesmo ambiente, a Jorge Amado correspondeu a simbiose de toda essa tormenta angustiante do sentimento humano, compondo personagens saídas de sua própria realidade, freqüentemente inspirada pela presença do submundo baiano, onde desponta a velhacaria, a prostituição, a marginalidade, enfim. Despontam, acima de tudo, no entanto, a louvação ao trabalho exaustivamente realizado, o amor, com todos os seus matizes, e a religiosidade sincrética, característica de todo o povo e da cultura brasileira.

A força expressiva de sua obra ultrapassou os limites da palavra escrita, atingindo a imagem visual, tanto pela retratação pictórica de suas personagens, quanto, pela absorção, pelo cinema e pela televisão, de alguns de seus romances, como "Dona Flor", "Tereza Batista", "Tieta do Agreste" ou "Tenda dos Milagres".

O colorido especial de cada uma de suas criaturas, a descrição das situações em que se envolvem, o calor narrativo que inegavelmente se sente ao passar de cada página, tudo isso possibilitou a Jorge Amado solidificar um trabalho de ficção, cuja densidade dificilmente encontrará superação na história da literatura.

Esses oitenta anos de Jorge Amado representam bem mais que o simples passar do tempo. Em verdade, eles significam a construção e a consolidação de uma obra cultural miscigenada, representativa de um povo e de um cenário transformados em arte viva, a ser reverenciada pelo vigor da palavra, ainda por muitos oitenta anos.

Uno-me, neste dia, em saudação a Jorge Amado, a todos os brasileiros, principalmente àqueles a que me referi e a quem homenageio, de todas as regiões e vivências, dentre os quais Quincas Berro D'água, Pedro Archanjo, Guma o pai-de-santo Jubiabá e a todos os velhos marinheiros, capitães de areia e pastores da noite que existem, seja em vontade, seja em potência, em cada um nós.

Com estas palavras, Sr. Presidente, Srs. Senadores, encerro o meu pronunciamento e a minha homenagem a Jorge Amado, o grande escritor brasileiro que hoje aniversaria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL — TO). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de dizer da nossa satisfação e até mesmo da nossa vibração por constatar, hoje, uma trégua nos jornais. A grande imprensa brasileira dedica as suas manchetes não às CPI, não ao grave momento político por que passa a Nação, mas a homenagear a seleção masculina de voleibol do nosso País, que, com muito brilhantismo, conquistou, pela primeira vez, uma medalha de ouro nos jogos olímpicos.

Gostaria de dizer que o esporte, quando levado a sério, pode gerar frutos e dar muitas alegrias. Vejo mesmo que o povo brasileiro amanheceu mais alegre. Várias bandeiras desfraldadas, ontem, por todas as cidades do nosso País, comemoravam essa brilhante vitória de um trabalho organizado e da abnegação de alguns poucos, inclusive do Banco do Brasil, que patrocinou essa valorosa equipe masculina de voleibol do nosso País.

Gostaria de homenagear, nesta oportunidade, o sr. Presidente do Banco do Brasil, Lafaiete Coutinho — essa conquista enseja até que Brasília possa, efetivamente, sediar os Jogos Olímpicos do ano 2000.

Gostaria, também, de homenagear o povo de Barcelona, que deu uma demonstração inequívoca e cabal de que todas as nações do mundo podem se unir através do esporte, através do amor e através da fraternidade.

Assistimos, ontem, a um espetáculo como temos tido pouca oportunidade de ver, o congraçamento das diversas nações após o brilhantismo dos XXV Jogos Olímpicos da Era Moderna que, certamente, projetaram a cidade de Barcelona no cenário esportivo de todo o mundo.

Portanto, Sr. Presidente, quero louvar a imprensa do nosso país por ter dado uma trégua a essas notícias até certo ponto maçantes e dedicar as primeiras páginas dos seus jornais àquela que é, hoje, a nossa verdadeira seleção de ouro, a seleção de voleibol masculino do nosso País.

O futebol, que tem colocado na frente os seus interesses econômicos — já tivemos a seleção de ouro e vimos, em Barcelona, que se o futebol lá estivesse, certamente traria uma nova medalha —, que não tem sido bem conduzido, parece que coloca os interesses econômicos acima dos interesses do desporto nacional.

Cumprimento também o Secretário Nacional de Desporto, Bernard Rajzman, um aficionado do voleibol, que não teve oportunidade de ganhar uma medalha olímpica de ouro como atleta, mas a teve agora, como Secretário. Dou os parabéns ao Sr. Carlos Arthur Nuzman, Presidente da Confederação Brasileira de Vôlei, ao técnico José Roberto, ao Tande, ao Marcelo Negrão, ao Giovane e a todos aqueles que, de maneira brilhante e espetacular, proporcionaram ao nosso País a felicidade de ver a bandeira tremular e de estar no topo, no pódio, quando em terceiro lugar estava a poderosa equipe norte-americana, detentora das duas últimas medalhas de ouro no voleibol masculino.

Aqui fica o nosso congraçamento com todos aqueles que, de uma maneira ou outra, colaboraram para que o Brasil pudesse se postar no pódio e nos orgulharmos de ver a bandeira tremular e o hino nacional ser tocado no encerramento das Olimpíadas de Barcelona. Muito obrigado.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Antônio Mariz — César Dias — Henrique Almeida — Hugo Napoleão — Hydekel Freitas — João Calmon — Jutahy Magalhães — Levy Dias — Mansueto de Lavor — Marcos Maciel — Moisés Abrão — Odacir Soares — Raimundo Lira — Valmir Campelo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — A Presidência se associa ao registro feito pelo Senador Carlos Patrício, como também quer se associar à homenagem prestada pelo Senador Francisco Rollemberg pela passagem dos 80 anos do escritor Jorge Amado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 592, DE 1992

Nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno, requeiro seja convocado o Ministro de Estado da Previdência Social, Reinhold Stephanes, para prestar, perante o Plenário do Senado, esclarecimentos sobre assuntos pertinentes à sua pasta, especialmente com relação às anuncias reformas no sistema previdenciário brasileiro.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1992. — Francisco Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — O requerimento lido será publicado e incluído oportunamente em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, 9, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N° 593, DE 1992

Nos termos do art. 210 do Regimento Interno, requeiro a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "Violações da Ética", de autoria do Senador Josaphat Marinho, publicado no jornal "Correio Braziliense", edição de 9 de agosto de 1992.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1992. — Marco Maciel

(Ao exame da Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — De acordo com o art. 210, § 1º do Regimento Interno, o requerimento lido será submetido a exame da Comissão Diretora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO N° 594, DE 1992

Requeiro, nos termos do art. 50 § 2º da Constituição Federal e art. 216 inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas à Secretaria de Meio Ambiente da Presidência da República e ao Instituto Brasileiro de Meio

Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, as seguintes informações:

a) os valores arrecadados, nos termos dos artigos 7º e 12º da Portaria nº 441/89 e 9-8-89, discriminados por Unidade da Federação e por ano de arrecadação;

b) a aplicação dos valores arrecadados discriminados por Unidade da Federação e por atividade objeto da aplicação anualmente.

Justificação

A Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965, que instituiu o Código Florestal, dispõe no artigo 21 que "as empresas siderúrgicas, do transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento".

O Decreto nº 97.628 de 10 de abril de 1989 regulamentou o citado artigo e criou o Plano Integrado Floresta-Indústria (PIFI) que a empresa deve elaborar para dar cumprimento a obrigatoriedade prevista no Código Florestal.

Através da Portaria nº 441/89 de 9 de agosto de 1989, o IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis disciplinou a reposição florestal das empresas e pessoas físicas que consomem matéria-prima florestal e não estejam enquadradas nas normas previstas pelo citado Decreto. Após definir vários procedimentos para a reposição florestal estabelece a Portaria, no artigo 7º, que quando for constatado que a empresa não vem realizando o Plano de Manejo de Rendimento Sustentado será "efetuada a cobrança de reposição florestal do volume de matéria-prima extraído".

Em seu artigo 12 a Portaria preconiza que aos consumidores de matéria-prima florestal não abrangidos pelo Decreto nº 97.628/89 e pelo artigo 7º da mesma Portaria. "Será permitido optar pelo recolhimento do valor equivalente à reposição florestal à conta Recursos Especiais a Aplicar — optantes de reposição florestal". A seguir, a Portaria define critérios de cálculo do valor da reposição florestal e os procedimentos relativos ao recolhimento do valor respectivo.

Isto é o que está normatizado, todavia, gostaríamos de saber informações quantitativas, valores arrecadados e aplicados por Unidade da Federação.

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1992.

(Ao exame da Mesa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Esgotado o tempo destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 36 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência retira da pauta as matérias constantes dos itens 1 a 5, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.

São os seguintes os itens retirados:

— 1 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 65, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6, 13 e 100, de 1991)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1992 (nº 11/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. (Dependendo de pareceres.)

— 2 —
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 92, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6, 13 e 100, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 1991 (nº 1.714/89, na Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais. (Dependendo de pareceres.)

— 3 —
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 6, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 92, de 1991, e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nºs 13 e 100, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 6, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que regulamenta o art. 185, da Constituição da República, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres.)

— 4 —
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 13, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 92, de 1991, e 65 de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6 e 100, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que regulamenta a função social da propriedade rural e a execução da reforma agrária. (Dependendo de pareceres.)

— 5 —
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 100, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara nº 92, de 1991, e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado nºs 6 e 13, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 100, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que define a pequena propriedade rural e estabelece meios para financiar o seu desenvolvimento. (Dependendo de pareceres.)

SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Item 6:
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1992
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 17, de 1992 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 91, de 1992), que autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar a contratação de operação de crédito externo, no valor de cento e sessenta e sete milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — Banco Mundial. (Dependendo de Parecer sobre as Emendas nºs 1 e 2, de Plenário.)

Nos termos do art. 140, a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Odacir Soares para proferir parecer sobre a matéria.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Para proferir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: — o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em março deste ano, encaminhou à Mensagem nº 163, de 1992, ao Senado Federal solicitando autorização para que seja ultimada contratação de crédito externo, no valor de US\$167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de dólares norte-americanos) junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), destinado ao financiamento parcial do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia — PLANAFLO-RO.

Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Resolução foi levado a Plenário onde recebeu as emendas 1 e 2 de autoria dos ilustres Senadores Coutinho Jorge e Marcio Lacerda, respectivamente.

A Emenda nº 1 pretende a inclusão dos prefeitos dos municípios de Rondônia incluídos nas ações do Planaflo-RO na coordenação do Projeto, a nível estadual.

A Emenda nº 2 pretende que o projeto de resolução tenha sua execução suspensa até a apresentação à Comissão de Assuntos Econômicos da minuta do contrato de financiamento, dos acordos subsidiários e informações sobre as finanças do Estado de Rondônia. Pretende, ainda, que as entidades estaduais executoras do Planaflo-RO sejam mencionadas na resolução do Senado Federal.

No que tange à Emenda nº 1, há que considerar que a mesma propõe matéria de competência do Estado de Rondônia sobre a qual não pode esta Casa se pronunciar.

Quanto à Emenda nº 2, as condições estabelecidas para a implementação da Resolução do Senado Federal fogem à matéria em exame, posto que ao Senado Federal cabe tão-somente autorizar ou não operação de crédito da União. Neste sentido, o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que embasa a autorização solicitada, deixa claro nas características do contrato que o financiamento se destina à República Federativa do Brasil e não ao Estado de Rondônia, enquanto mutuário, sendo a executora do projeto a Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. O Estado de Rondônia consta, como é óbvio, como executor e a contrapartida que oferece, sobre a qual a emenda solicita o envio de informações, não faz parte do contexto da autorização remetida ao Senado Federal pelo Senhor Presidente da República, apenas fixa o percentual da competência do Estado de Rondônia.

Por outro lado, o contrato de financiamento em questão há que obedecer, rigorosamente, às condições constantes do

Parecer supracitado, tornando inócuas a exigência de apresentação da minuta do contrato, do item a da Emenda nº 2.

Apesar de estar dando este parecer contrário às emendas e, portanto, favorável ao teor do projeto, cabe ressaltar, por oportuno, que o Planafloro, projeto de evidentes méritos, talvez tenha, a esta altura do exercício fiscal, a sua execução comprometida em face da demora da sua tramitação aqui, no Senado Federal, obstruído que foi pela Liderança do PMDB.

O orçamento financeiro do Banco Mundial é elaborado no começo do mês de julho de cada ano.

Por essa razão, tenho fundados receios de que o Planafloro não tenha a sua execução iniciada este ano por já não estar, a essa altura, incluído no orçamento do Banco Mundial para o exercício de 92 e 93.

Considerando, portanto, o acima exposto, somos pela rejeição das Emendas nº 1 e 2 apresentadas ao Projeto de Resolução nº 17, deste ano, com as considerações que acabam de fazer.

É o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Srs. Senadores, o parecer conclui pela rejeição das emendas.

Passa-se à discussão do projeto e das emendas, em turno único.

Com a palavra o Senador Ronaldo Aragão.

O SR. RONALDO ARAGÃO (PMDB — RO) — Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a demora para a discussão do parecer do Projeto Planaflora, como foi alegado pelo Senador Odacir Soares, teria sido uma obstrução do PMDB. Queria esclarecer que esse Projeto Planaflora teve o seu início no Governo do PMDB, do Governador Ângelo Angelin, continuou seu processo e foi obstruído na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia não pelo PMDB, mas por partidos que lhe faziam oposição, e ele demorou mais de um ano na Assembléia Legislativa. Então, gostaria que ficasse registrado que a obstrução do projeto não foi do PMDB.

Quanto às emendas apresentadas pelos Senadores Marcio Lacerda e Coutinho Jorge, elas davam uma outra dimensão, porque entendemos, e disse nesta Casa, que o homem mora no município, é quem cobra mais diretamente as ações governamentais, e essa emenda tinha o cunho e a finalidade de aplicação dos recursos do Planaflora se tivesse a fiscalização direta do município com o seu administrador, que era o prefeito. Era essa a razão da apresentação da emenda. Quanto à segunda emenda, onde a Resolução nº 58 do Senado dizia que os projetos teriam que ser feitos em português, o PLANAFORA foi encaminhado a esta Casa, em grande parte, em inglês. Solicitamos que ele fosse traduzido e enviado para a Comissão de Assuntos Econômicos, que era o que constava na Resolução nº 58. Há a obrigatoriedade de que os projetos sejam apresentados em português e não em inglês. Foi essa uma das razões da apresentação da segunda emenda.

Foram essas as razões, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que me fizeram vir a essa tribuna para um esclarecimento.

O Sr. Odacir Soares — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Concedo a palavra ao Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO) — Para discutir.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria, antes de mais nada, dizer que esse projeto de resolução que trata de um requerimento de autorização do Senhor Presidente da República ao Senado Federal para que a União Federal contrate, junto ao Banco Mundial, operação de financiamento para um projeto a ser executado no Estado de Rondônia, deve ser o que teve a sua tramitação mais demorada na história do Senado Federal.

Estou aqui há 10 anos e me acostumei a ver chegar ao Senado Federal, e dou como exemplo um requerimento idêntico a esse do Presidente da República, solicitando do Senado Federal autorização para contratar uma operação de crédito externo junto ao Banco Mundial objetivando financiar o Prodeagro, do Estado de Mato Grosso que, em apenas 48 horas, foi analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

Isso aconteceu, Sr. Presidente, como disse ao Senador Marcio Lacerda e quero repetir, porque temos no Estado de Mato Grosso um Governador e um líder da dimensão do Senador Júlio Campos. Eu teria feito a mesma coisa, como fez o Senador Marcio Lacerda, a pedido, naturalmente, do Senador Ronaldo Aragão, em relação às exigências que fez a esse projeto. Mas, como se tratava de um financiamento para beneficiar o Estado de Mato Grosso, e esteve comigo o Senador Júlio Campos, não criamos nenhum tipo de embraço.

Esse requerimento chegou ao Senado em março e no começo de abril eu já havia relatado o projeto na Comissão de Economia. foram apresentadas emendas pelos Senadores Marcio Lacerda e Coutinho Jorge. Relatei essas emendas posteriormente, num flagrante processo de obstrução. Os Senadores Eduardo Suplicy e Ronan Tito pediram vistas do processo. Numa etapa mais à frente, o Senador Ronaldo Aragão pediu a tradução do programa do PANAFLORO, que não está em discussão aqui. O que se está discutindo aqui é um requerimento de autorização para contratação de crédito externo. O pedido não é do Estado de Rondônia, é da União Federal. Nesse programa, Sr. Presidente, que está estimado, na sua totalidade, em 229 milhões de dólares, a União Federal entra com mais de 210 milhões de dólares, enquanto o Estado de Rondônia com apenas 30 milhões de dólares.

Não está em discussão aqui o que significa o Planafloro. A significação, as metas, os objetivos do Planafloro constituem, até que se altere a Constituição Federal, matéria da competência privativa do Estado de Rondônia, da Assembléia Legislativa e do Governador do Estado, quando chamado a sancionar ou a vetar o projeto depois da sua aprovação na Assembléia Legislativa. Ao Senado Federal, na análise, dessa matéria, não compete discutir os objetivos do Planafloro. Não é competência do Senado — como eu disse, inclusive, ao Relator, a Emenda nº 1, quando a rejeitei — que não compete ao Senado interferir nos objetivos, nas metas do Planafloro. Compete ao Senado, sim, aprovar ou rejeitar esse pedido de financiamento. Eu, pessoalmente, desenvolvi todo tipo de esforço para ver esse requerimento aprovado com rapidez. Apresentei, consegui colher, em três oportunidades, mais de cinqüenta e cinco assinaturas de Senadores para impor a esse projeto uma tramitação em caráter de urgência-urgentíssima. E nas duas oportunidades que tentei, encontrei pela frente a firme obstinação, pela obstrução, do Senador Humberto Lucena, atendendo, como S. Ex^e me disse, à recomendação dos Senadores Ronaldo Aragão e Amir Lando,

naquela ocasião. O fato é que não conseguimos ver esse projeto ser aprovado aqui, no Senado Federal. E, agora, não estou aqui para procurar colher os méritos da aprovação que se vai dar amanhã; esse projeto está sendo discutido em regime de urgência por iniciativa do Senador Ronaldo Aragão. Não quero colher os méritos disso. O Governador de Rondônia me telefonou há cerca de dez dias e disse-me que havia conversado com o Senador Ronaldo Aragão e que já havia acertado com S. Ex^a a tramitação do projeto. Foi o Senador Ronaldo Aragão quem procurou o Senador Humberto Lucena, diligenciou junto às diversas lideranças e colheu as assinaturas para o regime de urgência ao qual está submetido este projeto. O Senador Marco Maciel, que foi procurado pelo Senador Humberto Lucena e pelo próprio Senador Ronaldo Aragão, não tendo conversado comigo, na ocasião, não subscreveu o requerimento, o que faço, agora, na qualidade de Líder em exercício do PFL no Senado Federal. Se verificarmos o requerimento que está subscrito aqui,

O Sr. Ronaldo Aragão — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ODACIR SOARES — Só para completar, Senador. O requerimento que está subscrito, aqui, não contém a assinatura do Senador Marco Maciel. O requerimento está subscrito inicialmente pelo Senador Humberto Lucena, Líder do PMDB do Senado. Quando faço essa observação quero fazer justiça àqueles que realmente estão interessados na aprovação desse Projeto, e quero fazer justiça ao Senador Ronaldo Aragão. Neste momento, quem conduz a votação desse Projeto no Senado Federal não é o Senador Odacir Soares, do PFL, de Rondônia; para fazer justiça, quero deixar registrado que é o Senador Ronaldo Aragão. não vou dizer que é o Senador Amir Lando também, porque S. Ex^a me disse, há quatro dias, que é contra a tramitação e a aprovação desse projeto de resolução, neste momento, porque isso poderia levantar suspeitas sobre a sua atuação como Relator na CPI do Sr. P.C. Farias.

De modo que quero apenas, neste momento, dizer que desenvolvi aqui uma luta muito grande e não obtive sucesso; dou as mãos à palmatória, e não quero colher os louros dessa vitória. Por isso, quero dizer que a aprovação desse Projeto, amanhã, dever-se-á ao trabalho do Senador Ronaldo Aragão, a quem neste momento concedo o aparte.

O Sr. Ronaldo Aragão — Senador Odacir Soares, inicialmente, quando foi pedida a tradução do Projeto estávamos cumprindo o que manda a Constituição e a Resolução nº 58, não estávamos fazendo, nada de mais; os projetos de empréstimos para a União devem ser escritos em português; não acrescentamos nada, só cumprimos a Constituição e a Resolução nº 58. Quanto ao mérito, acho que ele não é meu, nem de V. Ex^a nem do Senador Amir Lando. O mérito, se existir, é de todos nós. Agradeço as palavras de V. Ex^a mas não sou daqueles que acha que, só porque se está aprovando o projeto, o mérito seja meu. Não! V. Ex^a também teve mérito. Senador Odacir Soares, esse projeto foi engavetado na Assembléia quase um ano e não foi o PMDB que o fez. O PMDB quis votar as diretrizes do projeto na Assembléia, mas ele ficou engavetado por quase um ano. Veio para o Senado, ficou parado por um certo tempo, depois acelerou-se a discussão, e pediu-se que a Constituição e a Resolução nº 58, que vigia naquela época, fossem cumpridas. Era esse o esclarecimento que queria dar. Agradeço a V. Ex^a por dizer que o mérito é meu, mas não considero assim. O mérito, se existir,

cabe a todos nós que representamos o Estado de Rondônia, inclusive V. Ex^a.

O SR. ODACIR SOARES — Não vou discutir a questão da Assembléia, porque não me compete. O que quero dizer é que o projeto foi obstruído de tal forma pelo PMDB que a sua aprovação, amanhã, pode se tornar inócua, inconstitucional, porque o Banco Mundial fechou o seu Orçamento em julho. Eu disse isso há dois meses na Comissão de Economia, por ocasião do meu último parecer às emendas apresentadas pelos Senadores Coutinho Jorge e Marcio Lacerda. O projeto teve uma atuação demoradíssima, ao contrário do que aconteceu com todos os outros projetos de resolução destinados à contratação de financiamento externo, e o Estado de Rondônia sabe que sou a favor do projeto, que sempre fui a favor. O que quis dizer é que o projeto foi obstruído pelo PMDB a pedido do Senador Ronaldo Aragão. Considero isso uma atitude legítima do ponto de vista político. Tanto considero que S. Ex^a atuou legitimamente que, neste momento, estou dizendo que o mérito da sua aprovação é do Senador Ronaldo Aragão, porque S. Ex^a foi ao Senador Humberto Lucena e disse: "Retira a obstrução porque já conversei com o Governador Osvaldo Piana e não tenho mais obstruções a fazer." O Senador Humberto Lucena Subscreveu então um requerimento de urgência, que está na mesa; não está assinado pelo PFL, porque o Senador Marco Maciel não sabia, não tinha conversado comigo, requerimento esse inclusive que subscrevo também, a partir de agora. Mas, quero dizer que foi obstruído, pode ter sido obstruído de maneira a causar prejuízos irrecuperáveis, e é lamentável que isso aconteça, porque os recursos, na sua totalidade, são da União Federal, 167 milhões de dólares serão contratados com o Banco Mundial; a outra parte, mais 40 milhões de dólares, já estão incluídos no orçamento deste ano e no orçamento plurianual de investimentos da União Federal. O Estado de Rondônia entra com 30, dos 230 milhões de dólares.

Eram essas as considerações que queria fazer, apenas para que ficassem registradas nos Anais e para se fazer justiça ao Senador Ronaldo Aragão. Amanhã vai parecer que eu é que aprovei aqui sozinho o projeto; não! A iniciativa do requerimento que estamos votando hoje é do Senador Ronaldo Aragão. É S. Ex^a o responsável pelo regime de urgência a que o projeto está submetido. Não posso dizer a mesma coisa do Senador Amir Lando, porque S. Ex^a me disse há quatro dias, quando tomou conhecimento desse requerimento, que estava contra e é contra a aprovação do projeto, principalmente neste momento, porque, como Relator da CPI destinada a apurar denúncias do Sr. P.C. Farias, poderia sobre ele ser lançada uma suspeição de estar negociando com o Governo do Estado de Rondônia algum tipo de compensação em relação a esse projeto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

OSR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

A votação será realizada na sessão de amanhã, em virtude da falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 1989 (nº 1.148/88, na Casa de origem),

de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 215, de 1992, da Comissão — de Assuntos Sociais, favorável ao projeto, com as Emendas de nº's 1 a 4 — CAS.

A matéria ficou sobre a mesa durante cinco sessões ordinárias para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, § 2º, letra d do Regimento Interno.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Em discussão o projeto e as emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação será realizada na sessão de amanhã, em obediência ao disposto no art. 168 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Item 8:

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1992 (nº 51/90, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo

PARECER favorável sob nº 243, de 1992, da Comissão Temporária.

A Presidência esclarece que, nos termos do art. 363 do Regimento Interno, transcorre hoje o último dia para a discussão da matéria e apresentação de emendas que não envolvam o mérito.

Em discussão a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 1992, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria será incluída na Ordem do Dia da próxima quarta-feira, para votação, em segundo turno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

O Sr. Mansueto de Lavor — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Concedo a palavra a V. Ex^e.

O SR. MANSUETO DE LAVOR (PMDB — PE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar da Mesa uma informação, se for possível.

O projeto de minha autoria, que regulamenta os juros reais de 12% ao ano, em decorrência de dispositivo constitucional, entrou na pauta há cerca de um mês e houve o adiamento, se não estou enganado, por cinco sessões, o que já ocorreu e o projeto a ela não voltou.

Perguntaria à Mesa, se for possível fornecer a informação agora, a razão de o projeto não haver voltado à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — A Presidência informa a V. Ex^e que a matéria será colocada oportunamente em Ordem do Dia, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PSDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores,

ninguém ignora mais que, na raiz das aceleradas e profundas transformações que estão ocorrendo no mundo, encontram-se avançados processos tecnológicos, de natureza profundamente transformadora. Ninguém ignora, ademais, que o conhecimento científico se torna cada vez mais presente em todos os setores da vida humana, constituindo-se no principal fator das mudanças que se processam no mundo da produção e na sociedade.

Cientes disso, os países desenvolvidos tratam de acelerar cada vez mais sua já avançada evolução científica, tecnológica e industrial, com o escopo de se manterem à frente de seus concorrentes.

Enquanto isso, às vezes com graves problemas econômicos e sociais, como os decorrentes do endividamento externo e os da miséria, do analfabetismo, da fome, da doença, da falta de saneamento, que atingem grandes contingentes populacionais, os países subdesenvolvidos vêm acentuar rapidamente seu atraso científico e tecnológico.

O Brasil, todos o sabemos, convive com esses difíceis problemas, os quais são agravados pela descomunal crise social e econômica que estamos vivendo, pelos efeitos negativos do modelo de desenvolvimento a que fomos levados, responsável pelo aprofundamento das desigualdades regionais, pela concentração da renda, pelos baixos indicadores sociais, pelo monstruoso endividamento externo e pelas disparidades existentes em importantes segmentos econômicos, como o agropecuário, o de serviços e o industrial.

Comparada à dos países industrializados, a atual situação brasileira é simplesmente desoladora: primeiramente, porque o País se encontra paralisado pela crise econômica, e, depois, porque essa paralisação não nos permite acompanhar as intensas e aceleradíssimas transformações que estão ocorrendo no cenário internacional, não só no que diz respeito à área científica e tecnológica, mas também ao desenvolvimento humano.

A rigor, perdemos a década de 80, quando todos os efeitos nefastos do modelo de desenvolvimento anteriormente adotados no País eclodiram, mostrando que não bastava o crescimento econômico, pois ele não foi capaz de atenuar as desigualdades sociais e de promover o avanço científico e tecnológico.

Perdida a década de 80, chegamos à década de 90 com um dilema mortal: apressar nosso desenvolvimento científico e tecnológico ou esquecer o futuro.

De fato, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o embrião, ou melhor, o desafio do País pode ser expresso por apropriada consideração constante do relatório Office of Technological Assessment, do Congresso norte-americano, nos seguintes termos: "A longo prazo, nem o País nem os seus cidadãos podem controlar nem influir sobre o que não conseguem produzir com competência". Dessa maneira, temos que nos apressar para produzir a tecnologia que deixamos de criar, temos que alterar profundamente a política de ciência e tecnologia adotada no País, que nos vem impedindo de produzir. Porque, se não alterarmos as escassas bases de indução e de realização produtiva, continuaremos deixando de gerar tecnologias. Não produzindo, insisto, nada controlaremos e sobre nada influenciaremos.

A conclusão que salta daí é evidente. O Brasil tem que ampliar os investimentos em ciência e tecnologia.

Infelizmente, nos últimos dois anos, tempo que coincide com o Governo Collor de Mello, os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, principal fonte financiadora da pesquisa nas universidades brasileiras,

segundo artigo de H. Moysés Nussenzveig publicado na *Folha de S. Paulo* de 13 de abril último, caiu aos níveis mais baixos de sua história, reduzindo-se a valor dez vezes menor do que os atingidos há duas décadas. A mesma *Folha de S. Paulo*, aliás, em editorial do dia 21 do mês citado, ressaltava que, malgrado o repetitivo e insistente discurso governamental a respeito de sua intenção de modernizar o País, os investimentos na área de ciência e tecnologia despencaram de US\$ 800 milhões, em 1989, para somente US\$ 400 milhões, em 1991.

O artigo do Dr. Nussenzveig comprova, com dados irrefutáveis, relativamente ao ano de 1991, a afirmação enunciada no próprio título: "O governo federal liquida a ciência".

Segundo ele, "dos recursos dos convênios de dois anos, assinados pela Finep com as dez maiores instituições de pesquisa em física do País, pouco mais de 10% foram liberados desde o início do atual Governo". Conforme denuncia ainda, recursos para 2.316 projetos de pesquisa foram aprovados pelo CNPq em maio de 1991, mas, até abril último, nenhum deles tinha sido contemplado com um centavo sequer.

Não se esgotam aí, no entanto, as mazelas do setor. No ano em curso, pela primeira vez na história do CNPq, o pagamento de todas as bolsas concedidas pela instituição vem sofrendo grandes atrasos, não importando a natureza delas, se de pesquisas, realizadas no País, ou se de formação (mestrado e doutorado), realizadas no Brasil e no exterior. O descaso pela área é tal até mesmo taxas de matrícula em cursos no exterior e seguros de saúde de bolsistas, deixaram de ser pagos por períodos de até um ano, levando muitas universidades estrangeiras a recusarem matrículas a estudantes brasileiros.

Segundo revelações do articulista, por conta dos parcos recursos colocados à disposição da Embrapa, 20% dos pesquisadores já se desligaram da Empresa. Contra a Embrapa, porém, o Governo Federal não pode sequer usar seus habituais argumentos de que instituições inefficientes devem ser penalizadas, por quanto a Embrapa pode neutralizar essa maledicência com um simples dado: pesquisas por ela realizadas permitiram ao Brasil tornar-se, em pouco tempo, um dos maiores produtores mundiais de soja, o que nos propiciou uma economia anual de 1,5 bilhão de dólares, valor muito superior ao investimento total realizado pelo Governo nas pesquisas relativas ao produto.

Aos males anteriores, acresça-se o aviltamento a que foram submetidos os salários dos pesquisadores. A violenta compreensão salarial no Brasil não tem poupar sequer cientistas de renome internacional, cujos vencimentos, no exíguo prazo de um ano, foram reduzidos a um terço.

Segundo estudo sobre a evolução dos salários pagos aos pesquisadores entre 1988 e março de 1992, realizado pelo Departamento de Planejamento, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, órgão ao qual o CNPq é subordinado, a queda da remuneração dos cientistas é brutal. Em janeiro de 1990, o salário mensal de um pesquisador era de três mil dólares. Hoje, não vai, em média, além de 600 dólares. Um pesquisador com 25 anos de trabalho tem, atualmente, um vencimento bruto de apenas um mil e quinhentos dólares.

Também os bolsistas estão sendo duramente sacrificados pelos baixos valores que lhes estão sendo pagos e pelos constantes atrasos nos pagamentos das bolsas. Em março do corrente ano, um bolsista de mestrado recebia Cr\$ 540 mil, o de doutorado, Cr\$ 800 mil e o de pós-doutorado, Cr\$ 1,9 milhão. De acordo com autoridades do CNPq, a crise atual é a pior, desde 1950.

Com salários tão baixos, não é difícil a explicação quanto ao pequeno número de pesquisadores no Brasil. Há, aqui, menos de quatro pesquisadores para cada dez mil habitantes, enquanto a quantidade recomendável seria de um pesquisador para cada mil habitantes.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores:

Dados para confirmar o descaso do Governo para com a área de ciência e tecnologia não faltam. De 1985 para 1990, os recursos aprovados no Orçamento Geral da União para o setor caíram de 5,8% para 0,7%. Já os valores destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foram reduzidos de 253 milhões de dólares, em 1975, para 33,7 milhões de dólares, em 1991.

Também não faltam números para demonstrar a defasagem brasileira diante de outros países no que concerne aos investimentos na área de ciência e tecnologia em relação ao Produto Interno Bruto. Nossa País investe, no setor, apenas 0,6% do PIB, enquanto o Japão investe 2,9%, os Estados Unidos 2,6% e a Coréia do Sul 1,8%.

Em relação ao PIB, o Brasil tem investido pouco em ciência e tecnologia, repito. Mas, como consta do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, realizada no ano passado, e que se destinou a investigar as causas e dimensões do atraso tecnológico brasileiro, "no Brasil (...) os investimentos em ciência e tecnologia foram, em grande parte, perdidos por não poderem ser amplamente aproveitados pelas empresas produtivas". Dessa forma, segundo a avaliação da CPMI, "o que mais determinou o atraso tecnológico do Brasil não foi a cifra modesta dos investimentos, mas principalmente o seu escasso aproveitamento".

Esse escasso aproveitamento é explicado, Srs. Senadores, pelas dificuldades impostas pelos detentores de tecnologia em sua transferência aos países subdesenvolvidos. Valendo-se de sua posição oligopolista, os proprietários da tecnologia sempre possuem alguma maneira de evitar a concorrência das empresas clientes. Em geral, a venda da tecnologia é feita de forma a resultarem elevados os custos dos produtos das empresas compradoras. Além disso, a mesma venda se processa mediante rigorosas cláusulas restritivas.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores:

Paralelamente à questão anterior, coloca-se a da origem dos investimentos em ciência e tecnologia nos países subdesenvolvidos. No Brasil, dos investimentos realizados — os 0,6% do PIB anteriormente aludidos —, somente 6% são realizados pela iniciativa privada, sendo os restantes de responsabilidade do Estado. Na Coréia do Sul, por exemplo, a situação é bem diversa: 81% dos recursos investidos no setor provêm das empresas particulares.

Analizando essa questão, ou seja, o fato de a quase totalidade dos investimentos em ciência e tecnologia no Brasil prover do Estado, enquanto, nos países desenvolvidos, a maior parte desses investimentos é feita por empresas privadas, a CPMI expressa a inexorabilidade da situação nos seguintes termos: "Está claro que não poderia ser de outra forma, dentro de um modelo que, à exceção de pequenos segmentos de um setor ou outro, como foi o caso da informática, permitia uma reserva de mercado, de fato, às empresas estrangeiras sobre a quase totalidade do sistema industrial do País".

Portanto, em resumo, setor privado no Brasil não foi, nem é, motor de crescimento tecnológico: nas empresas multinacionais, porque é contra a lógica de sua gestão em países menos desenvolvidos; nas empresas nacionais, porque, em geral, lhes faltaram condições, a não ser que contassem com

forte apoio e subsídios do Estado, como se fez para ampliar o setor de bens de capital, entre 1974 e 1978.

Em suma, o principal do esforço teria (...) de vir do Estado. Este, além de preencher vazios do setor privado, como ocorreu na siderurgia e em outros importantes setores, foi um forte indutor e demandante de tecnologia, como ocorreu com a Petrobrás e a Telebrás, e outras grandes estatais. Também foi iniciativa do Estado o desenvolvimento da petroquímica, na base do tripé (com empresas privadas nacionais e estrangeiras) que, entre outros efeitos, teve o de viabilizar insumos para a química fina".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Mauro Santayana, em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, edição de 13 de maio último, escreveu que "dois são os inevitáveis sentimentos trazidos pela leitura do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Nacional sobre o Atraso Tecnológico", presidida pelo Senador Mário Covas: vergonha e pânico".

"A vergonha", diz o articulista do periódico carioca, "é de saber até que ponto chega a falta de caráter da tecnologia brasileira e de alguns homens públicos, responsáveis pela política de submissão aos interesses externos".

Quanto ao segundo sentimento, o jornalista afirma que "o pânico é natural". E acrescenta: "Se não houver uma reação viril da sociedade brasileira, estamos todos condenados a um futuro de servilismo absoluto. Por mais que nos empenhemos, no entanto, são necessários, no mínimo, 20 anos para chegar onde estão, hoje, em conhecimento científico e tecnológico, os três maiores: os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão. E, daqui a 20 anos, onde eles estarão?"

A pergunta é incômoda. E não pode deixar de provocar a ação dos poucos patriotas que ocupam cargos de relevância no atual Governo. Segundo vem noticiando a imprensa, o Exm^o Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia, Prof. Hélio Jaguaribe, está preocupado com a questão, e, para solucioná-la, está propondo a implementação de um projeto, o Brasil 2010.

O projeto contempla um horizonte de 18 anos e se desdobra, conforme se tem divulgado nos jornais, em duas fases. A primeira, que se estende de 1993 a 1995, constitui o período prévio, destinado à superação da crise atual. A fase seguinte, relativa aos 15 anos seguintes, configura o período de recuperação e saída do País do estágio de subdesenvolvimento.

O projeto é bem-vindo à Nação, até agora sem nenhuma perspectiva de médio e longo prazo, uma vez que o Governo Collor de Mello não conseguiu apresentar ao País, desde sua posse, nenhum plano de longo alcance. Evidentemente, o Congresso Nacional espera poder avaliá-lo e contribuir para seu aperfeiçoamento.

A participação do Congresso Nacional na formulação e aprovação do projeto é indispensável, até mesmo por motivo de coerência do plano com suas próprias bases, pois tem-se anunciado que ele se fundamenta em um modelo de sociedade democrática, socialmente equitativa, tecnologicamente moderna e aberta interna e externamente. Frente a esses pontos, não se poderá alijar o Poder Legislativo, constituído pelos representantes da sociedade, das discussões que o projeto enseja, e de sua própria aprovação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

Julgo oportuno apresentar-lhes, em seguida, trechos de uma reportagem publicada no *Correio Braziliense* em 5 de julho último, na qual a jornalista Luciene de Assis alinha algumas considerações do Prof. Jaguaribe a respeito do proje-

to. Os esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia permitir-nos-ão avaliar melhor sua proposta:

"O ano 2010 foi adotado como horizonte porque esses estudos (os realizados pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais — IEPES) indicaram a possibilidade de uma transformação substancial da sociedade em 15 anos". "Tal mudança", defende o professor, viria com a modificação do que ele chama de perfil social, que significa melhorar o nível de renda global e *pér capita* e fazer desta uma sociedade de gente educada, com trabalho bem remunerado, reduzindo-se os intervalos entre o menor e o maior salário.

"No entanto, é condição para a saída da crise que, nos próximos três anos, o Produto Interno Bruto (PIB) do País apresente um crescimento de pelo menos 5,5% ao ano, índice reconhecidamente viável, segundo Hélio Jaguaribe. Hoje, o PIB está paralisado entre zero e dois por cento ao ano, em função da crise".

De acordo ainda com a reportagem, "os caminhos do desenvolvimento viável serão traçados no projeto Brasil 2010, sustentado por dois grandes setores nacionais: o infra-estrutural e o produtivo".

"Esse desenvolvimento utilizará o modelo socio-econômico (que opera com variáveis sociais e econômicas em termos quantitativos), utilizando as variáveis do crescimento demográfico e do aumento da população economicamente ativa. E para chegar ao ano 2010 com o mesmo desenvolvimento da Espanha, o Brasil precisará de um crescimento do PIB anual em torno de 12 a 15 por cento — o que é obviamente improvável que ocorra —, admite Hélio Jaguaribe. Mas, a permanecer a atual conjuntura, com posturas políticas e econômicas adotadas desde a década de 80, o Brasil fatalmente tornar-se-á uma nação do Quarto Mundo. E sofrer este tipo de declínio levará a uma transição turbulenta e violenta".

No entender do Sr. Secretário de Ciência e Tecnologia, a reforma de que o Brasil necessita deve ser profunda. Seu ponto crucial é a revolução educacional, uma adequada escolarização de todas as crianças e mais investimentos em ciência e tecnologia, algo em torno de 1,4 por cento do PIB.

Julgo que os pontos elencados sejam os fundamentos de uma ação que deflagre o início do processo de modernização do Brasil. A respeito, porém, do Projeto 2010 formulo votos para que constitua verdadeira prioridade da Nação brasileira, e que venha a ser, de fato, implementado, independentemente do Governo que estiver à frente do País nos próximos anos.

Na verdade, espero que pessoas da estatura do Prof. Jaguaribe possam, com sua reconhecida competência, influenciar positivamente o Governo que vier a emergir da profunda crise política ora vivida pela Nação brasileira. Espero, acima de tudo, que o Brasil não seja pródigo tão-somente em atos de corrupção, mas que saiba, também, tratar de forma adequada as áreas que poderão conduzi-lo ao desenvolvimento, entre elas a de ciência e tecnologia, conferindo-lhes os recursos mínimos necessários à sua sobrevivência.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Bahia e o Brasil comemoram hoje o transcurso dos oitenta anos de um dos seus maiores escritores, com mais de 30 livros

e 10 milhões de exemplares, traduzidos para 34 idiomas em 50 países, espalhados por todos os continentes.

Descendente de família sergipana, pois era filho de João Amado de Faria, natural de Estância, radicado no sul da Bahia, segundo definição do Acadêmico Marcos Vilaça, um dos vários intelectuais que se manifestaram por ocasião desse efeméride, esboçando uma apreciação sobre sua vida e sua obra, lhe define um perfil forjado "na mistura baiana dos condimentos intelectuais e populares. Nos sobradões do Pelourinho, botecos da Sede Portas e sarapates da meia-noite em Água de Meninos; insubmissão literária da Academia dos Rebeldes e nas casas proibidas das "meninas alegres", nos prelos democráticos do *Diário da Bahia* e o *O Imparcial*; nos candomblés; no convívio igual dos trabalhadores do cacau em Sequeira do Espinho; nos saveiros viajando para Cachoeira e Porto Seguro".

Estudante interno do Colégio Antônio Vieira na Bahia, onde foi meu contemporâneo, na década de 20, não resistindo ao "ambiente austero e religioso" de lá empreendeu uma fuga, sem recursos, através do sertão, no rumo da casa dos avós em Itaporanga, Sergipe, onde chegou a pé.

Essa sua proeza, cruzando terras fronteiriças entre os dois Estados, observando a terra e o povo em sua sensibilidade juvenil, também viria mais tarde, na inspiração dos seus inúmeros livros, a trazer passagens, figuras e personagens de Sergipe, seu agreste, suas praias e sua gente, numa harmoniosa simbiose cultural entre os dois Estados.

Na maior parte dos jornais do País, durante a semana passada, e, ainda hoje, quando transcorre o seu aniversário, noticia os eventos relacionados com a programação e manifestações espontâneas de jornalistas e intelectuais sobre a pessoa, a vida e a obra do consagrado escritor, que também foi político, e que afirma: "Vivi ardente, lutei pela liberdade, contra os preconceitos, amei, sofri, me alegrei, me diverti", mas não esquece, em toda a sua obra, de prestar o seu tributo, a sua homenagem, a quem foi a fonte primeira de sua inspiração:

"Do saber do povo me alimentei e se alguma coisa costrui ao povo devo. Minha obra não é mais do que pobre recriação de sua grandeza".

Esta afirmação ele fez em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, onde um dos seus membros, o Acadêmico José Sarney, também lhe traça um perfil, manifesta as suas homenagens e a admiração que cultiva pela sua pessoa e pelos seus livros, que retratam com singular sabedoria e propriedade aspectos marcantes e pitorescos da alma nordestina e brasileira, dignificando-lhe as virtudes, minimizando as suas imperfeições e, sobretudo, humanizando a pobreza e a miséria, denunciando a injustiça e combatendo os preceitos e a hipocrisia.

E, hoje, os seus livros de cenário e local restritos, de cunho eminentemente regional, pela profundidade com que perscrutou a natureza humana e a sua luta pela sobrevivência, suas virtudes e imperfeições, seus anseios e limitações, pela sensibilidade que apurou na arte da pintura literária sobre a terra e o povo, torna sua obra uma linguagem universal, lida e apreciada em todos os continentes.

Sr. Presidente, Sr.^as. Senadores.

Em homenagem a este baiano do meu tempo, quase sergipano pelas suas origens e pelo título que já lhe foi outorgado de cidadão do Estado pela Assembleia Legislativa, quero pedir a transcrição nos Anais do Senado da República, com o meu

pronunciamento, dos seguintes artigos: "Uma extensa programação" e "Homenagens a Jorge Amado começam hoje no Pelourinho", do Jornal *A Tarde*, da Bahia, edição de 5 de agosto, "Civilização de Cacau, Cravo e Canela", de Hélio Pólvora, publicado em *A Tarde Cultural*, edição de 8 de agosto, "São Jorge da Bahia, do Presidente e Senador José Sarney e Maloqueiros (para Jorge Amado)", do Jornalista Junot Silveira, no jornal *A Tarde* e "De João Ubaldo Ribeiro sobre Jorge Amado", publicado na *Folha de S. Paulo*, todos de 9 de agosto e "Jorge, de oito a oitenta do acadêmico e Ministro do Tribunal de Contas da União Marcos Vinícius Vilaça, publicado no *Correio Braziliense*, edição de 10 de agosto, que selecionei, entre os inúmeros publicados nestes últimos dias, e que comentam a vida e a obra de Jorge Amado, hoje não somente baiano, mas um cidadão nacional, um cidadão do mundo.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

A Tarde, quarta-feira, 5-8-1992

UMA EXTENSA PROGRAMAÇÃO

Dia 9

18 horas, no Largo do Pelourinho, show musical com artistas baianos.

Dia 10

10 horas, em sua sede, Largo do Pelourinho, entrega do Prêmio Nacional de Romance Jorge Amado/80 Anos ao livro *O Diário Submerso*, de Lúcia Guedes; e abertura da exposição de pinturas e gravuras de Calazans Neto, "De um casarão no Largo do Pelourinho, Tíeta e Tereza chegam para festejar seu criador, Jorge Amado"; da mostra "Navegação de Cabotagem", fotos-documentário de Zélia Gattai; e da entrega pelo embaixador da Argentina da "Ordem do Mayo" no grau de comendador ao escritor Jorge Amado.

17 e 20 horas, na Sala Walter da Silveira, Biblioteca dos Barris, sessões dos filmes *A Casa do Rio Vermelho*, de David Neves e Fernando Sabino; Jorge Amado no cinema, de Gláuber Rocha; e *Dona Flor e seus dois maridos*, de Bruno Barreto. 17h30min, na Reitoria da UFBA, Canela, sessão solene de abertura do I Simpósio Internacional de Estudos sobre Jorge Amado — "Um Grapiúna no País do Carnaval".

20 horas, no hall do auditório do Hotel da Bahia, Campo Grande, lançamento do livro *Jorge Amado 80 Anos de Vida e Obra — Subsídios para Pesquisa*, de Rosane Rubim e Mariel Carneiro, e da revista EXU 28, especial com fotos de Zélia Gattai.

Dia 11

18 horas, na Academia de Letras da Bahia, Nazaré, sessão especial comemorativa 80 anos de Jorge Amado.

Dia 12

21 horas, no Museu de Arte da Bahia, Corredor da Vitória, abertura da exposição Jorge Amado e as artes plásticas.

Dia 13

19 horas, Cerimônia Civil — Ilê Iaomi Axé Iamassê (Terreiro do Gantois).

A Tarde, quarta-feira, 5-8-1992

HOMENAGENS A JORGE AMADO COMEÇAM HOJE NO PELOURINHO

Os 80 anos do escritor Jorge Amado começam a ser comemorados hoje com um show de artistas baianos, a partir das

18 horas, no Largo do Pelourinho. Estarão presentes a família Caymmi, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia, Gal Costa, Batatinha, Margareth Menezes, Edil Pacheco, Edealdo Gentil, Gerônimo, Daniela Mercury, Olodum, Ilê-Aiyé e Filhos de Gandy.

A festa dos artistas baianos a Jorge Amado tem o patrocínio do governo do estado, através da Fundação Cultural e Baneb, que participam, junto com a Fundação Casa de Jorge Amado, da série de homenagens ao escritor. Amanhã, dia do seu aniversário, Jorge Amado recebe a condecoração máxima do governo argentino, a Ordem de Mayo, no grau de comendador, numa solenidade que terá a presença do governador Antônio Carlos Magalhães e do embaixador daquele país, Manuel de La Sota, às 10 horas, na sede da Fundação Casa de Jorge Amado, no Pelourinho.

Programação

Além disso, o escritor, que tem uma vasta obra literária traduzida para mais de 50 países, faz a entrega do Prêmio Nacional de Romance Jorge Amado, instituído pela Fundação Cultural do Estado e ganho pela escritora Lúcia Guedes, de Minas Gerais, com o trabalho "Diário Submerso". Em seguida, Jorge Amado abre uma exposição de gravuras de Calazans Neto, intitulada "De um Casarão no Largo do Pelourinho Tíeta e Tereza chegam para festejar seu criador, Jorge Amado", inspirada em personagens consagradas da obra do escritor.

Outra exposição, também na Fundação Casa de Jorge Amado, reúne fotografias de Zélia Gattai, mulher do escritor, sobre o mais recente trabalho de Amado, "Navegação de cabotagem. Apontamentos para uma autobiografia que nunca escreverei", a ser lançado em outubro na Bienal Nacional do Livro, em São Paulo.

Amanhã, às 17 horas, a Sala Walter da Silveira, localizada na Biblioteca Central dos Barris, inicia o ciclo de filmes sobre o escritor e sua obra. Vão ser exibidos os filmes "Casa de Jorge Amado", de Davi Neves, "Jorge Amado no Cinema", de Gláuber Rocha, e "Dona Flor e seus Dois Maridos", de Bruno Barreto. Às 20 horas começa outra programação, incluindo, desta vez, o filme "A Casa do Rio Vermelho", de Fernando Sabino e Davi Neves, mostrando o cotidiano do escritor, sua família e amigos, como Dorival Caymmi, Carybé e Mário Cravo, sua ligação com o candomblé e um relato do próprio escritor sobre sua vida e sua obra.

Ainda, amanhã, vai ser aberto, às 17h30min, o Simpósio Internacional de Estudos sobre Jorge — "Um Grapiúna no País do Carnaval" —, na Reitoria da UFBA, no Canela. Estarão presentes professores e estudiosos de literatura, assim como especialistas na obra de Jorge Amado, além de membros da Academia Brasileira de Letras e críticos literários e escritores, a exemplo de João Ubaldo Ribeiro, Días Gomés, Darcy Ribeiro e Lygia Fagundes Teles, dentre outros.

Na terça-feira, às 17 horas, é a vez do lançamento do livro "Jorge Amado 80 Anos de Vida e Obra — Subsídios para Pesquisa", de Roseane Rubim e Maried Carneiro, e do número 28 da Revista Exu, com reportagem de Zélia Gattai, às 17 horas, no Hotel da Bahia. Às 18 horas, a Academia de Letras da Bahia realiza uma sessão especial comemorativa aos 80 anos de Jorge Amado, em sua sede, em Nazaré.

Na quarta-feira, vai ser aberta a exposição "Jorge Amado e as Artes Plásticas", às 21 horas, no Museu de Arte da Bahia, Largo da Vitória.

CIVILIZAÇÃO DE CACAU, CRAVO E CANELA

Hélio Pólvora

Tem 19 anos, apenas 19, o moço baiano que, no Rio de Janeiro, onde se faz amigo de Octávio de Faria e Augusto Frederico Schmidt, publica *O País do Carnaval*, romance de inspiração modernista, mas de figurino europeu. A europeização vem dos personagens hesitantes, desgastados pelo tédio de uma existência *bâsile* — principalmente Paulo Rigger, que retorna ao Rio e à Bahia após longa ausência em Paris. Filho de um coronel do cacau, Rigger discute idéias, debate ideologias e em nada encontra sentido. Está em busca da felicidade. No final, imune à contaminação revolucionária, concluirá nihilisticamente que a felicidade consiste em não desejar. É um homem a mais, um intelectual inútil. Lembra um personagem de Turguênieff perdido nos trópicos.

No navio de Rigger viajam fazendeiros de cacau, fala-se de safras e de preços. Por conseguinte, logo no início de sua jornada literária de mais de 60 anos, Jorge Amado, apesar da influência do romance de modelo importado, apegue-se à realidade mais imediata. E é das fazendas de cacau, é processo econômico-histórico do ciclo cacau-eiro no sul da Bahia. O romancista nasceu em 1912, na Fazenda Auricídia (que uns localizam em Ferradas, então um povoado de Ilhéus e, a partir de 1910, de Itabuna; outros, em Pirangi, hoje Itajuípe e àquela época pertencente a Ilhéus), passou a infância em Ilhéus — centro do viver baiano ditado pelo cacau — e cedo conheceu a espoliação: seu pai perdeu uma fazenda (a primeira fora destruída por uma enchente) para o coronel Misael Tavares, a quem o romancista dará o troco em *Cacau*.

Cria-se então um compromisso temático que Amado respeitará, porque sua sensibilidade está ferida e porque o escritor escreverá sempre sobre o que conhece por experiência própria, sobre o que viu e sentiu.

Além da realidade cacau-eira tão próxima, surge, em segundo plano, nas preocupações do ficcionista, então iniciante, *O País*. O romance de estréia já se enquadra no espírito reformista da Semana de 1922: temas brasileiros, reação pela crítica caricatural àquela literatura bem-comportada, tipo "sortido da sociedade", a que se referiu, em instante de rara infelicidade, outro baiano também da temática cacau-eira: Afrânio Peixoto. Os romances podem ser imperfeitos, apressados, descontínuos à força de amplos cortes narrativos — mas serão sinceros e, sobretudo, instrumentos de afirmação e agressão. Assim é *O País do Carnaval*, falho, porém atrevido e onde reponta o talento do ficcionista: bastam-lhe algumas palavras para injetar sopro vital num personagem mesmo secundário; diálogos ágeis, espontâneos movimentam o encontro — característica, mais tarde, do romance amadiano aberto, de muitos figurantes e subtemas, romance de massa, romances com cheiro de epopeia e percorrido pelas forças desatadas da poesia.

Por enquanto, o livro de estréia é uma avaliação. Não há, porém, como dissociá-lo, quer da saga cacau-eira, quer do Romance de 30 de veia nordestina, justamente pela ambigüidade histórica que ele reflete e pelos recursos técnicos que utiliza. Com efeito, os três romances iniciais de Amado (depois da rumorosa estréia vieram *Cacau* (1933) e *Suor* (1934) são, mais do que contemporâneos, meio-irmãos de outros que faziam da terra e do povo a base de sua inquirição e, mais propriamente, a sua razão de ser: *A Bagaceira* (1928), *O Quinze* (1930), *Menino de Engenho* (1932) e *Caetés* (1933).

**Compromisso com uma ficção
de objetivos sociais claros**

Dentro desse movimento de cunho nacionalista, envolvendo uma língua brasileira pela sintaxe e regional pelo apelo à oralidade, situa-se, pois, Jorge Amado. Seu engajamento apresenta duas faces. Na primeira, o ficcionista empenhado em fazer uma ficção de objetivos sociais claros, retirando a literatura dos salões ou das torres-de-marfim da burguesia, para consumo das camadas populares. Naturalmente esse romance terá de abdicar do penumbrio e documentar-se nas ruas e nos campos, nas fábricas e nos guetos. Está em voga, ademais, nos decênios de 30 e 40, um ficcionismo revolucionário que converge da Europa para os Estados Unidos e nações latino-americanas. Um romance que acolhe movimentos de massa e aspirações coletivas, veiculando denúncias.

Sob este aspecto, *O País do Carnaval*, embora fruto temporário, porque de todos os romances amadianos o mais vazio de ideologia, nem assim sonega o empenho em documentar e criticar. No seu estilo telegráfico e no teor anedótico, que lembram a ponta-de-lança oswaldiana, e na sua prosa ora sóbria, ora debochada, o ficcionista se compromete igualmente com outra realidade, a regional, dentro da realidade maior do país carnavalizado. Amado propõe, ainda sem nada concluir, porque ainda não se identificou por inteiro com o seu povo, um debate sobre os rumos do Brasil, a psicologia do brasileiro. E escreve, aparentemente, um romance de dúvidas, filosófico nas suas proposituras, porque Rigger, um herói inútil, recuará para o seu mundo. Depois do choque cultural com o ambiente nativo e dos amores frustrados com a francesa Julie, retorna à Europa e certamente à sua vida de sibarita. Vem então a segunda face; pela primeira vez Jorge Amado introduz cenas de uma fazenda de cacau, o confronto latente entre proprietários e trabalhadores, estes condenados a um labor servil. Julie se extasia e se entrega a um negro do eito; ela vive uma aventura exótica, enquanto Rigger, nauseado, empreende a fuga. O romancista se documenta, o romancista se posiciona. O livro seguinte, *Cacau*, significa outro passo. Cacau surge na esteira do romance dito *proletário* de que há na ficção brasileira dois exemplos felizes: *Os Corumbás*, de Amundo Fontes, e *Os Ratos*, de Dyonilio Machado. A denúncia de situações humanas afeitivas constitui o seu lastro. Daí ele se caracterizar muito mais pela ação dramática do que pelo mergulho na personalidade. É o romance extrovertido, em que os personagens se anulam como indivíduos para adquirir condições de símbolos, de representações coletivas. A atinado bem para este aspecto, quando alega que, sem a introspecção, "a obra ganharia em superfície, perderia em profundidade". Mas os personagens do romance proletário, empenhados numa "dubious battle" (a expressão é de John Steinbeck) contra o meio a as forças hostis que nele operam, nem sempre podem se dar ao luxo da introspecção. Ou, talvez mais exatamente, o romancista, na ânsia de recolher o material e formalizar a denúncia, subtraia a estrutura romanesca, sacrifique o individual para ressaltar o coletivo.

Miécio Tati falou, a propósito, em "naturalismo crítico". Este conceito se ajusta a *Cacau*, onde Jorge Amado começa a abrir as comportas para vaazar sentimentos, paisagens, impressões, testemunhos orais, contos e casos e, sobretudo, a sua crítica a uma realidade psicosocial, já agora uma crítica ideologicamente embasada.

É que o escritor, entrando então no fluxo do "realismo socialista", e depois de Ler Machael Gold, Alexandre Fadaev

e outros ficcionistas "populares", pretende dar ao seu romance uma utilidade imediata na luta pela redenção dos oprimidos.

Sente-se em *Cacau*, a par da linguagem crua que caracteriza por vezes um tom de panfleto, um resquício do romanticismo maniqueísta que divide os personagens em bons ou maus, ao contrário da ambigüidade deliberada da novelística de análise inferior. O aspecto popular é ressaltado com certa sofreguidão, mas ainda não eclodiu em Jorge Amado aquele dom mágico a que ele se referiu certa vez: "A melhor prova de que o romance se põe de pé é exatamente essa — quando o personagem torna-se independente do autor, ainda com seus próprios pés, constrói ele próprio seu destino". Ora, em *Cacau*, como no primeiro e no terceiro títulos da cronologia amadiana, predominam os quadros, e nestes, personagens vivos, porém condicionados à demonstração de uma tese e aos princípios rígidos de uma dogma.

Cacau é fruto da intensa agitação político-social dos anos 30, que leva Jorge Amado aos quadros da Aliança Nacional Libertadora. Não causa por isso admiração que o romance amadiano da época seja, mais que o artefato, mais que a realização artística, o carro-chefe de idéias, de definições programáticas. Talvez atento, ele próprio, à sua insatisfação criadora, Amado pergunta no pórtico de *Cacau*, em nota de advertência: "Será um romance proletário?" É uma tentativa válida, porém insatisfatória, de romance proletário, feita por um moço de 21 anos. O povo por ele buscado com tanto afã, o povo com sua cultura própria, com a sua poesia espontânea, os seus mitos e a sua cornucópia de criatividade — esse povo, eterno alimentador da cultura burguesa, do sonho da burguesia, somente será convocado pelo romancista a partir do seu quarto título, *Jubiabá* (1935). Porque no terceiro, *Suor*, ambientado numa casa de cômodos da Ladeira do Pelourinho, em Salvador, Graciliano Ramos, no artigo já citado, reconhece "certas figuras admiravelmente lançadas (...), mas, quando entram na multidão, tornam-se inexpressivas". E a revolta, e adota as fórmulas inculcadas pelos agitadores".

Observação também válida para *Cacau* — que em relação ao primeiro romance consegue impor a temática cacauera. Se, em *O País do Carnaval*, Paulo Rigger bate em retirada, derrotado por si mesmo, no romance seguinte Amado consegue a permanência do tema nativo. Colodino, trabalhador numa fazenda do coronel Misael Tavares, tem consciência da sua situação. Sabe que é um explorado. Até o amor, o filho do patrão lhe toma. No entanto, a revolta ainda é difusa, intempestiva. Persiste a denúncia, o documento circunscrito ao diagnóstico, a reportagem literária engajada, muito embora Colodino assegure no fecho: "Eu agora partia para a luta de coração limpo e feliz". Rigger, no seu desespero, pede a Deus: "Senhor, eu quero ser bom. Senhor, eu quero ser sereno..."

**O povo — seu personagem,
fermento de sua verdade..."**

Está concluído o aprendizado do moço Jorge Amado. Como o poeta Castro Alves, sobre quem escreveria um ABC, nele borbulha o talento. (A propósito: Oswald de Andrade reiteram em *Ponta-de-Lança* (1946); "Eu já disse — ele é Castro Alves", referindo-se a *Terras do Sem Fim*).

Bastaram-lhe quatro anos, 1931 a 1934, para o enquadramento estético de uma obra, para dizer aos personagens "ergue-te e anda", para unir os "quadros" dos três primeiros romances num painel de raro colorido e movimentação cénica. *Jubiabá* é obra-prima. É o romance da negritude escrito numa

época em que esta palavra ainda não fora aplicada à cultura negra e aos movimentos de libertação do negro. Na opinião de Mário de Andrade, o ficcionista sul-baiano "é doutor em romance".

Em *Jubiabá*, o romancista introduz pela vez primeira sua nota lírica; o mar, ruas e mistérios da Bahia, o negro Baldo, o pai-de-santo, mulatas, saveiros, o cais, moleques de rua, cantigas, malandros, prostitutas, folclore, Lindinalva — que é a matriz das futuras mulheres criadas pelo romancista. Até parece que Amado abriu uma janela e deixou entrar o vento. E o vento, o vento de uma poesia antiga e sempre forte, trazido de África, caldeado na Bahia de Todos os Santos por outras raças, varre todos os cômodos, se pacifica nas calmarias líricas do romancista ou se desata nos seus furos doutrinários. Nada mais importa. Eis que nasce um romancista, o cantor maior da Bahia. Doravante este criador supremo reinará sobre suas imperfeições. Diga-se o que se disser, não importam transbordamentos líricos, pregações políticas, crueza de um realismo que adquire por vezes gosto naturalista. Tudo isso se diluirá nas vozes do vento, e o vendaval que percorre o romance é soprado da alma do povo, pelo povo, traz o seu riso largo e o seu ranger de dentes, mas nos traz, sobretudo, a sua simpatia.

Doravante o escritor Jorge Amado se inclinará a esta inspiração. Ele acaba, justamente, em *Jubiabá* de empurrar as fronteiras de sua criação, de unir todas as costuras e cesuras. O romance amadiano perde então os contornos, deixa de ser um objeto preciso e definido. É nebulosa de onde nascem muitos mundos, é aquela rara convivência de poema e prosa que só iremos encontrar com naturalidade nos cancioneiros. Este romance da Bahia, *Jubiabá*, em que Lúcia Miguel-Pereira sentiu uma "atmosfera densa e oleosa" (artigo de 1935), traz notícias de outras terras, as "terras do sem-fim" no sul da Bahia, eldorado onde a vida humana nada vale nas mãos dos jagunços, cidades e arruados onde se fazem e se perdem fortunas da noite para o dia, terras estas do cheiro e do visgo do cacau.

Jorge Amado retoma para ampliar o universo ficcional de outro cronista do viver e do sentir baianos — Xavier Marques. Se *Jubiabá* tem afinidades com *O Feiticeiro*, o seguinte romance amadiano, *Mar Morto* (1936) talvez siga o sulco aberto por *Jana e Joel*. A poesia compõe novos "ídolos pescatórios", o romance é uma coleção de marinhas.

Quanto a *Capitães da Areia* (1937), sua atualidade desafia o tempo, com a diferença que, de lá para cá, os incômodos meninos de rua passaram a ser chacinados nas capitais.

Chega-se a 1942. Dias turbulentos, a ditadura Vargas resiste, mas está com os dias contados. Três anos depois, Jorge Amado elege-se deputado federal por São Paulo. E 1946, a Assembleia Nacional Constituinte restitui ao País, com a Carta, a legitimidade do poder. Na antevespera daqueles tempos, o romancista Jorge Amado, como se fora a caixa de ressonância de incontidos anseios e procastinadas esperanças, levanta uma epopeia cacauera de timbre coletivo, uma saga à altura dos monumentos de prosa bárbara da América hispano-portuguesa. É *Terras do Sem Fim*.

"Obras de rapsodo e canto de bardo"

Impossível, com efeito, dissociar *Terras do Sem Fim* do grande romance continental nativista. Nas veias de Rómulo Gallegos, Juan Rulfo, Ciro Alegria, Alfredo Varela, Ricardo Güiraldes e, mais recentemente, García Márquez, Érico Veríssimo dos tomos iniciais de *O Tempo e o Vento* e José Lins

do Rego de *Fogo Morto*, a empatia causa o mesmo compromisso estético. Povo e terra como forças indomáveis, telúricas, o instinto da nacionalidade, a luta pela cidadania, uma resistência ainda que inconsciente aos constrangimentos da herança cultural. E, emoldurando um ficcionismo de raízes geográficas e humanas, uma poesia espontânea, produto do meio e do homem, pronta a ser captada — ternura e violência, espoliação e revolta, um processo civilizatório econômico-histórico a exigir do ficcionista dimensão sociológica e naturalidade de rapsodo.

Terras do Sem Fim será, na cronologia da obra amadiana, aquele exato ponto de fervura que introduz o desejo romântico cênico, de massa, no qual a individualidade cede vez à voz coletiva. Realiza-se, enfim, o projeto de Jorge Amado; é verdade, o seu personagem central passa a ser o povo, entidade abstrata e, no entanto, todo-poderosa, que tudo sabe ou intui, e em consequência, nas suas perambulações pelo proscenio, muitas vezes recita falas proféticas.

O romance que estava à procura do povo encontra o povo com afetividade, mercê de uma empatia como que mágica, encontra-o em termos de rapsódia, de cantigas, de mitos e de lendas, de uma memória ancestral — e da efábula desses elementos resultará a conceção de gesta. "*Terras do Sem Fim* transcende do romance, é obras de rapsodo e canto de bardo", disse Oswald de Andrade.

Com efeito, *Terras do Sem Fim* é um moderno cântico de gesta, tendo por trovador o inconsciente coletivo da região cacauera sul-baiana. O povo vive, estrutura e narra o romance amadiano, "uma história de espantar". Esse povo que, no depoimento do próprio romancista, "é, fundamentalmente, seu personagem, seu tema, a farinha e o fermento de sua verdade, de sua criação".

Se, em *Cacau*, Amado opõe maniqueisticamente o trabalhador rural semi-escravizado das plantações e o coronel com poderes de senhor feudal, atendo-se às inférmeas relações capital-trabalho, em *Terras do Sem Fim* começo aquela visão histórica que tipifica o romance heróico definido por Gyorgy Lukács. O cacau é boa lavra. O eldorado sul-baiano atrai gentes de todas as partes, brasileiros e estrangeiros.

Alguns desses aventureiros, Jorge Amado os encarca um navio costeiro rumo a Ilhéus. Eis João Magalhães, jogador batoteiro que acabará preso ao visgo do cacau; eis Margot, no tombadilho, a pensar no seu desaparecido Virgílio, advogado então a serviço de um dos coronéis que disputam na bala as terras do Sequeiro Grande. A verdade dos personagens é tão forte, por estar estribada na economia, nos usos e costumes da terra, que dispensa incursões na análise psicológica. Sobra razão a Oswald de Andrade quando observou: "Nas regiões do mito, a psicologia tem um papel simplesmente motor". E se refere, em seguida, às "figuras homéricas" de Jorge Amado. Homero. Odisséia. Não é pequena a galeria de heróis. Don'Ana Badaró empunha armas. Os coronéis do cacau, antes chamados de "gordos" e "imbécis" e nomes piores (ver o caso de Misael Tavares, em *Cacau*), também se agigantam nas lutas pelo desbravamento e domínio das terras. Chefiam jagunços, sim — mas neles arde uma chama sagrada, eles estão em busca do Velocino de Ouro; são os jasões grapiúnas, ou então, cruzados, buscam o Santo Graal de um capitalismo selvagem. O romancista os trata sem demonstrações ostensivas de ódio. Jorge Amado livrou-se em grande parte do dogmatismo, o que lhe permite dar às personagens antipáticas dimensão humana. Sucedem-se os homens e mulheres gananciosos, valentes e cruéis nos álbuns de família

dos Badarós e dos Silveiras. Poucos deles tremem, como a suspirosa Ester, ouvindo o coaxar de rãs e o silvo de cobras assassinas nos charcos das fazendas, ou o negro Damião que, na tocaia, tem um lampejo de consciência moral. Os demais estão cegos. Tão cegos e deterministas quanto a terra. A tragédia é ressaltada pelo coro dos infelizes, pela cantiga dos cegos nas feiras, pelas conversas e porres nos botequins do cais, pelos tropeiros e moças prostitutas.

Terras do Sem Fim, ápice da saga cacauera amadiana, comprova no ficcionismo brasileiro a teoria de romance lukacsiana, de 1916 — um romance que era criação da burguesia, nascido para cantar os heróis da burguesia, mas que acaba de descer às massas. O vínculo amadiano com a temática popular e as histórias de espantar é tão intenso que ele, nos seus transbordos líricos, chega a fazer prosa rimada, praticando, como em *Jubiabá*, o romance em lugar do romance, em sem perda de substância no substrato tradicional da novelística.

Os coronéis perdem o mando, gringos ditam a economia

Razão tinha o romancista em ver os coronéis do cacau como fatores históricos da economia, e não mais, à luz do dogmatismo marxista-stalinista, como simples vilões. Na continuação de *Terras do Sem Fim*, que é *São Jorge dos Ilhéus* (1944), os coronéis viram massa de manobra nas conspirações mercadológicas dos exportadores de cacau. De senhores do baraço e do cutelo, eles passam a ingênuos proprietários rurais sujeitos a manipulações de preços nos gabinetes das multinacionais. O romance começa pela chegada a Ilhéus de Carlos Zude e suas tramas para criar uma expectativa de alta, deflagrar a euforia consumista, gerar dívidas com as consequentes cobranças que alienam propriedades rurais. Quaisquer semelhanças com práticas dos dias atuais não serão mera coincidência.

Ilhéus, cidade em expansão, civiliza-se. Está no roteiro de companhias teatrais, recebe aventureiros de outros países em busca de fortuna rápida, tem um cabaré famoso, o Bataclan, argentinas e francesas vendem o corpo, praticam-se adulterios. Da sacada do prédio-sede da Associação Comercial, o poeta Sérgio Moura acompanha a sociedade provinciana com olhos líricos ou mordazes. Os coronéis ainda falam grosso, ainda bradem o seu dinheiro — mas parecem mais domesticados. A liberação de costumes rígidos alforria as moças. A política, no entanto, ainda não saiu dos redutos do conservadorismo. Da sacada, Sérgio Moura pensa em Julieta, a loura mulher do exportador Carlos Zude, com quem terá um caso, e testemunha as mudanças no tecido social. É dele um poema sobre um livro de Marx que caiu no mar e provocou uma revolução entre os peixes e sereias. O capitão João Magalhães, que em *Terras do Sem Fim* ajudou a medir, sem ser agrimensor, as terras virgens do Sequeiro, tornou-se pequeno proprietário rural, vive as incertezas dos preços e das safras. O negro Damião, que não pôde apertar o gatilho do rifle na tocaia, tornou-se o sapateiro Joaquim, que sonha com uma sociedade mais justa. As terras do cacau condicionam vidas: Raimunda e Antônio Vitor, humildes posseiros, morrem de rifle na mão, defendendo o seu pedaço de terra.

Sim, Jorge Amado preparou o romance de grupo e o viabiliza a partir de *Jubiabá*. Ora é a humanidade das ruas de Salvador que se reúne para ser o personagem maior, ora a mata bruta, como em *Terras do Sem Fim* e no seu desdobramento mais recente, *Tocaia Grande* (1984); ora é a cidade

de Ilhéus, que pontifica em *São Jorge dos Ilhéus*, conforme o título está a indicar, e em *Gabriela, Cravo e Canela* (1958). O ficcionista baiano, fazendo este romance grupal e comunitário, equipara-se a Aluísio Azevedo nos seus dois romances de massa — *O Cortiço e Casa de Pensão*. A mata a conquistar é o referencial de *Terras do Sem Fim*. Ancestral, animica, ventre de muitos mistérios, esconderijo de tesouros, a mata anima a cena. Por ela, mata-se e morre-se. Os primeiros capítulos de *Tocaia Grande* descrevem emboscadas e massacres. Depois vem a paz ilusória de uma sociedade ainda nova, de fronteira, de faroeste, constrangida a conviver em bases mais civilizadas no cenário de uma grandeza econômica agora em declínio. Concluído, está, portanto, o projeto romanescos de Amado numa primeira etapa — a descrição da terra, dos homens que a ocuparam e dos seus conflitos. Doravante, em mãos de outros ficcionistas sul-baianos, este material terá de ser desdobrado e transfigurado, ainda mais porque o próprio Amado, reconhecendo a exaustão do veio nativista, partiu para nova vertente ficcional em *Gabriela*.

Com este romance (pois *Tocaia Grande* é um retorno à ambiente épico-dramática de *Terras do Sem Fim* e, ao mesmo tempo, ao teor anedótico que anima seus romances posteriores do Recôncavo e do sertão), a saga cacauera não apenas se completa, na obra de Jorge Amado, como serve de modelo aos seus romances picarecos de mais recente extração.

Gabriela — “Talvez uma criança, ou o povo...”

Múltipla, coletiva, estuário de realidades e mitos, assim é a personagem Gábriela. Rebeldia instintiva e bondade, poder de resistência e afirmação, ingenuidade e ardil — Gábriela, no seu sensualismo primário, elementar, verdadeiro, irradia a sua imagem, é força motriz: “Talvez uma criança, ou o povo, quem sabe?”, interroga o seu criador.

Este romance em torno de Gábriela, mas que novamente tem Ilhéus como foco principal, indica não uma mudança de direção, mas um timbre novo. O timbre que acompanhará aquela modulação diferente, e a tal ponto perceptível, que os romances amadianos se dividem em duas vertentes: a primeira, até *Seará Vermelha* (1946); a segunda, liderada por Gábriela.

O romance amadiano, quando épico, identifica-se com a saga. Costumbrista, como *Gabriela, Cravo e Canela*, bastam-lhe a crônica e um toque de afetividade.

Uma arte do coração — palavras de Gorki para definir a prosa de ficção russa que seus romances e contos proletários tão bem exprimem. Já vimos que o engajamento não impediu em Amado o espocar de obras-primas literárias, como *Jubiabá* e *Terras do Sem Fim*. Já vimos que uma tendência ao proselitismo marxista dissolve-se no fluxo estrondoso de uma ternura simples, patética, comovente. Excessos perdem-se no fragor de águas encachoeiradas. Na passagem da primeira para a segunda vertente, o ficcionista mantém-se poeta e se aproxima ainda mais das fontes e seivas populares. Gábriela, uma retrante, menina seduzida nos seus verdes anos, chega a Ilhéus vestindo frangalhos que não lhe escondem o porte, a beleza e a sedução caboclas.

O árabe Nacib, um dos imigrantes já assimilados à cultura cacauera, precisa de cozinheira. Será uma fatalidade o encontro, o amor e as tentações no palco de uma cidade pequena. O encanto de Gábriela está todo na sua singeleza, na sua

simplicidade telúrica, no seu jeito de ser. Filhas da necessidade, flores que desabrocham nos golfoes da miséria, as gabrielas existem por esses sertões. O romântica não a inventou: "Uma personagem poderosa porque feita de desejo e simplicidade", ele comentou.

Nesta segunda fase amadiana, despontam figuras femininas bem trabalhadas e personagens-satélites empenhados em seu ardor e bufonarias. Será, porém, Gabriela um romance pícaro? Há nele personagens pícaros, de anedota: o bachelois Argileu Palmeiras, o Nacib do bar, o sedutor Tonico Bastos. Mas os propósitos maiores do romance, um tanto diluídos no tropel das situações dramáticas ou tragicônicas, se fazem sentir: a redenção da mulher (Gabriela, Malvina), por exemplo, na sociedade patriarcal de Ilhéus.

Gabriela é uma poética e bem-humorada crônica de costumes. Remoques, ironias, o chiste do escritor opõem de um lado, os coronéis do cacau — alguns em franca decadência — e, de outro, seus adversários que apostam no progresso. A veia popular ibérica se denuncia nos títulos dos capítulos e nos poemas entremeados na narrativa. Com a sua bem-sortida galeria de retratos.

Ilegível mais parece um viveiro, ilegível onde se destacam mulheres "de olhos de desmaio" ou a Malvina com "aqueila estranha luz rebelde" no olhar, gabriela está no limiar da oralidade, da literatura de cordel que lastreia os últimos títulos do notável prosador sul-baiano

Hélio Pólvora, crítico literário, é contista.

A Tarde Domingo 9-8-1992 SÃO JORGE DA BAHIA

José Sarney

Dia 10 de agosto é data nacional na Bahia e na ONU. Jorge Amado faz 80 anos. Está choramingando e cheio de dengues, dizendo que velhice não se comemora. Está esquecido que a festa não é dele, mas dos milhões de leitores, daqui e d'álém-mar e ar, tendo, à frente, tocando charangas, trombones e maracás, seus amigos e devotos, companheiros de terreiro e de faca, tuba forte soprada por Calazans, Caymmi e Caribé. Não quero falar nada desse negócio chato de crítica literária, coisas de estruturalismo, pícaresco, épico, o fantástico e o simbólico, coisas como romancista do cacau, num tempo em que cacau está em tudo.

Conheci Jorge Amado em 45 e dele não me separei. Com lágrimas de ginasião, li o ABC de Castro Alves", depois, Bandeira Tribuzi, o genial poeta que vai ser descoberto como Fernando Pessoa foi em Portugal, passou-me, como obra proibida. "O Cavaleiro da Esperança". E em diante não o larguei jamais. "Capitães da Areia" comoveu-me, deixando-me na leitura toda aquele nó na garganta, livro desgraçadamente profético, anunciando o despontar desta pungente tragédia dos meninos de rua. Aí não o larguei mais. "Seara Vermelha", Tenda dos Milagres", "Tieta", "Gabriela", tudo e os clássicos indeléveis, o nosso Quincas Berro D'Água e o capitão Vasco Moscoso de Aragão. Gente, como diria próprio Jorge, arretada.

Depois, Deus me deu a ventura de sermos amigos, o gosto da convivência, das conversas de miolo de pote que constroem o tempo da vida, a alegria de estarmos juntos, porque esta é minha oportunidade. Eu passarei, só tenho os meus dias, e ele tem a eternidade.

Um Jorge Amado jamais se repetirá na história da literatura brasileira. O universo dos personagens a que deu vida, os fatos que construiu, os momentos que ele fez se transformarem num tempo eterno, tudo isso não morrerá. E o que é fundamental para este País, dádiva dele, só dele, tudo que criou ele foi buscar no povo. Sua obra é um monumento igual ao de qualquer grande escritor do mundo.

Deus fez o mundo para ser mudado a toda hora; porque fez o homem e os bichos para modificá-lo. O escritor Jorge Amado fez um mundo para não mudar: o seu mundo, das suas mulheres — que vontade de dizer carinhosamente outra palavra — dos seus coronéis, dos seus amantes, dos seus amigos, dos seus perseguidos, injustiçados, dos seus infelizes e dos seus demônios.

Meu avô Assuero, paraibano do Ingá, que morreu com 96 anos e falava por provérbios, dizia que "Não havia cemitério de medroso nem valente de cabelo branco", "Não há doce ruim nem cabra bom", afirmava também: "Ruim é não fazer aniversário. Quero festa, e viva!"

Diá 10 tem peregrinação à Bahia. Delegação de Pinheiro, gente de todas as bandas para levar flores de carinho ao menino grapiuna. São Jorge da Bahia.

Dizem que o Diabo só é diabo porque é velho. Isso é mentir. O Diabo só é diabo porque é novo. Alguém dúvida disso hoje? Deus é que é velho. Sábio porque faz gente como Jorge Amado, de camisa de cores alegres, cabeleira branca, temeroso de Exu, que fugia do Colégio Ipiranga para ir deitar-se na Pensão Maria da Paz, ao calor das puras raparigas baianas, com cheiro de donzela moça e acostumadas de cama saia como herói, com as chamadas doenças do mundo. Mundo que hoje conhece o Brasil através dele, que, para a eternidade, vai continuar sendo como é, santo de altar, ladeado pelos seus anjos Zélia Gattai e Paloma, milagreiro da palavra, navegante da eternidade Viva!

José Sarney é ex-presidente da
República e membro da Academia
Brasileira de Letras

A Tarde Domingo 9-8-1992 MALOQUEIROS (para Jorge Amado)

Junot Silveira

A última vez que estive pessoalmente com Jorge Amado foi na noite em que a Assembleia Legislativa de Sergipe concedeu o título de cidadania ao grande escritor, filho de João Amado, natural de Estância e que se estabeleceu no sul da Bahia, onde viveu a saga do cacau. Foi uma festa bonita em Aracaju, presentes vários artistas plásticos, seus amigos e ilustradores dos seus livros, autoridades e intelectuais em grande número. E lá também estava eu, alegre com a homenagem de reconhecimento aos méritos do mais popular e tecundista romancista brasileiro e pela honraria de representar ACM, no seu primeiro governo. Há 11 anos dediquei a JA uma crônica, publicada em A Tarde, de 22-11-81, quando o cinqüentenário de sua atividade literária. Agora, quando o autor de Capitães da Areia completa 80 anos de vida bem vivida, recordo que no começo da minha juventude, entusiasmado com aquele seu livro escrito em Estância, terra do meu nascimento, do seu e do meu coração, fiz um poema inspirado no mesmo tema, a grande questão social que no Brasil se torna, a cada dia, mais preocupante. E, à falta de algo para melhor render-lhe a minha homenagem, reproduzo hoje com o mesmo tratamento dado à época aos desaventurados, os

pobres versos intitulados Maloqueiros, confirmando como Jorge Amado é sensível à dor dos miseráveis em toda vastidão da sua obra, onde o nosso povo (do campo e da cidade) está, ao mesmo tempo, representando numa corrente de lirismo deslizando sobre o duro chão da realidade.

Aí estão, Jorge, os "nossos" Maloqueiros:

"Maloqueiros das pontes!

Maloqueiros que a sorte não deixou fossem ditosos, vivendo à sombra amiga dos saveiros
maloqueiros das pontes,
maloqueiros,
lembrais monstros marinhos, monstruosos!

(A culpa não é vossa, a culpa é minha, a culpa é nossa,
homens desumanos...)

Por que rezamos tanta ladainha se somos todos nós grandes tiranos?

Por que deixamos em meio ao desabrido das noites sem calor, plenas de chuvas, crianças a chorar no seu castigo de viverem sem sol, de sol viúvas?)

Guias de cego e cegos pequeninos ganhando a vida em loucas aventuras, do destino herdastes os destinos da amargura maior das amarguras a injustiça a pesar nos vossos ombros tenros e frágeis, descalcificados, e vós vivendo assim entre os escombros das pontes e trapiches, assombrados!

Sem a escola, sem pão, sem pouso certo, sem mão materna sobre vossas frontes, sois pobres andorinhas no deserto, meninos tristes que viveis nas pontes! Maloqueiros que viveis numa noite de azeviche, a Alvorada virá com os saveiros, maloqueiros das pontes, maloqueiros, a Alvorada virá com os saveiros iluminar o fundo do trapiche!

Junot Silveira é professor, jornalista e editor geral de A tarde dominical.

Folha de S. Paulo
Domingo, 9 de agosto de 1992
DE JOÃO UBALDO RIBEIRO
SOBRE JORGE AMADO

João Ubaldo Ribeiro
Especial para a Folha

Escrever — Diz que hoje só escreve por necessidade ou porque insistem, queixa-se de cansaço. Mas escreve ("cada vez com mais dificuldade, meu compadre"). Usa máquina de escrever e muda de assunto quando alguém fala em processador de texto, embora Zélia trabalhe com um. Catamilhógrafo rápido. Texto parecendo os das redações de jornal antigas, cheio de xxxx e emendas à caneta. Encheu o saco de tanta reforma ortográfica com que já foi supliciado e, depois que acaba os originais, manda alguém ver se essa porcaria aí ainda tem acento e se atraso ainda é com z. Conversa com os amigos sobre projetos que acabam saindo inteiramente diferentes, ou nunca saindo, dá partidas falsas, começa uma coisa e acaba outra e sofre com o que chama de "nós" — pontos em que a narrativa emperra e ele fica achando que nunca vai conseguir dar jeito. Planeja um pouco, mas é mais de fazer o que Faulkner disse que fazia, ou seja, sair atrás dos personagens, anotando tudo o que lhes acontece. Não tem paciência para pesquisa e, quando precisa saber algum detalhe que quer incluir numa cena, telefona para os amigos. Quando quer lembrar datas, nomes, palavras, episódios e praticamente tudo mais, pergunta a Zélia, que sempre sabe a resposta. Acorda cedo, gosta de trabalhar de manhã. Não diz em público, mas considera frescura o experimentalismo

formal de muitos ficcionistas. ("Quero ver como é que fica esse lerolero traduzido para chinês"). Homem de Dickens, Balzac, os Dumas, os grandes russos. Mais para Alencar do que para Machado, Lima Barreto, Manuel Antônio de Almeida, Castro Alves, Neruda. Fala em seus personagens como se fossem pessoas reais, principalmente quando está escrevendo um romance. Não fica mostrando os originais em ândamento, mas conversa sobre "os acontecimentos" que está narrando e não se incomoda com palpites.

Críticos — Suspira. Diz que nunca viu crítica fazer ou destruir livro nenhum. Tem paciência com os críticos, mas não se interessa por teoria da literatura. Quando aparece um artigo desfavorável e alguém indaga sobre o assunto, costuma responder distraidamente, quase sempre algo como "ah é, teve uma mulher aí que me escutou, não foi? Eu soube". Quando o que escrevem sobre ele é prolixo ou complicado, não lê, mesmo que sejam os maiores elogios.

Cartas — Escreve e responde, muitas vezes à mão. Em viagem (só viaja com Zélia, recusa-se a ir a qualquer lugar para a qual ela também não seja convidada), leva os endereços dos amigos e manda cartões para todo mundo. Se um livro, peça, exposição ou outra coisa de algum amigo estiver aparecendo em alguma cidade estrangeira onde passe, vasculha os jornais e, achando menções, recorta tudo e manda, com comentários entusiásticos rabiscados nas margens. Apresenta todo escritor brasileiro que aparece como "un très grand écrivain brésilien".

Línguas — Fala francês com desenvoltura, enrola sem inibição em outras línguas. Nutre suspeita inata por qualquer pessoa que tenha intimidade com a língua inglesa.

Amigos — Amigueiro e compadreiro ao extremo. De vez em quando, pede para ser padrinho de uma criança ainda na barriga da mãe. Participa das cerimônias de batismo com ar contrito e grave (embora prefira o tempo em que o rito era em latim), organiza almoços comemorativos e dá presentes aos afilhados. Elogia todos os amigos e acha os defeitos deles engracadíssimos. Quando volta de viagem, traz uma vasta bagulhada, que fica guardada lá dentro. Chega alguém, ele diz: "Não me esqueci de você, trouxe uma lembrancinha de Fulano na realidade para que ela escolha uma no estoque estratégico que ele monta, porque, mesmo que, durante a viagem, não tenha lembrado daquele amigo em especial; não quer que ele saiba disso e fique chateado.

Dedicatórias — Não faz mais. Quando tem de enfrentar filas de centenas de pessoas, faz uns rabiscos e assina com pouco mais do que um grande jota. Se alguém, mais tarde, trouxer os rabiscos para ele decifrar, ele não vai saber.

Carteado — Poquerzinho barato, em tardes de fim de semana. Considera-se um jogador de respeito, embora conservador. Blefa pouco, não vai em qualquer mesa, desconfia dos adversários. Perde com elegância, mas fica aporrinhado.

Ancestrais — Raça de Sergipe. Tem gente que o acha com cara de árabe e que o nome da família vem de Ahmad ou Ahmed, mas ele diz que não, que os penates dele são cristãos novos.

Irmãos — Joelson e James (pronuncia-se Já-mis). O primeiro é médico. O segundo é James.

Bichos — Todos. Gosta de ter cachorros e gatos, espalha comida para os passarinhos e saguis que moram em seu quintal, na Bahia. Não gosta de passarinho preso. Acha-se conhedor de papagaios.

Comida — Meio enjoado para comer. Não suporta "coisas borraçudas", como rím, por exemplo. Também não gosta

de comida metida a besta. Mas do que gosta come bem, tanto assim que de vez em quando entra em regime para perder peso. Adora ver e comprar frutas, compra e vai comendo enquanto compra. Entra em grandes conversas com vendedores de frutas. Freguês de um restaurante chinês perto de sua casa, em Paris. Encara também uns queijinhos e uns docinhos. Ia muito comer galinha de molho pardo e moqueca de peixe, no restaurante de seu amigo Camafeu de Oxóssi, no Mercado Modelo.

Bebida — Pouca, um vinhozinho. Quando toma um uísque, é um acontecimento e não passa de dois dedos. Discute vinhos, prefere os franceses e os portugueses. Bar farto e aberto.

Cigarro — Fumiava muito, mas viu um documentário sobre doenças causadas pelo cigarro, ficou impressionadíssimo, nunca mais fumou.

Saúde — Excelente. Tem terror de médico.

Adaptações — Fez questão de não se meter em nenhum aspecto das adaptações de seus livros para cinema, TV ou teatro. Na verdade, não quer saber de nada e se impacienta, quando insistem que dê opiniões ou sugestões. Preferia não ir, mas vai ver os filmes por delicadeza e parabeniza sempre o diretor.

Pequenas curtições — Bonés e chapéus em geral, relógios de pulso, bengalas, camisas estampadas.

Conversa — Mansa, bem-humorada. Fala menos do que a maior parte dos escritores, a não ser ao telefone, com amigos. Gosta de contar casos, mas se esquece dos detalhes e pede a Zélia que conte por ele.

Pagode — Aprecia um sambinha de roda puxado pelos amigos, mas não participa nem no côro, fica só olhando e rindo.

Desejo — Sossego.

Frustração — O Brasil. Ultimamente, fica triste quando revê o Brasil e triste quando vai embora.

Flashback — Fazenda de cacau, jagunços, casas de puta, livros, internato jesuíta, sonhos, farras, companheiros de luta, militância, Constituinte, ditadura, cadeia, clandestinidade, exílio, ilusões e miragens, gente que veio e que foi, fama e glória, o fardão, o mundo todo, filhos e netos, compadres e afilhados, viagens tão longas, amigos tão remotos, certezas partidas, dúvidas renovadas, alegrias temperadas, loucas horas solitárias, palavras empalhadas nos livros e leitores que todos os dias lhes restituem o viço e a força, visões partilhadas com cúmplices desconhecidos, vida de aristas, vida de circo, vida-minha-vida, oitenta anos que se passam num só dia agitado, ars longa, vita brevis.

Avaliação — "A vida me tem dado muito, nada a reclamar".

JOÃO UBALDO RIBEIRO, é escritor, autor de "Viva o Povo Brasileiro", entre outros

Correio Braziliense 10 de agosto de 1992

JORGE, DE OITO A OITENTA

O Acadêmico Marcos Vilaça presta uma homenagem a Jorge Amado, que hoje está completando 80 anos

Agradecemos a Jorge Amado o escritor do encanto de todas as gerações, da Bahia de todos os santos e de quase todos os pecados, por espírito e consciência, pelos seus 80 anos, bem vividos de travessias e de travessuras.

Não nos iludamos com a maciez de sua prosa. Ela bem se forjou, na mistura baiana dos condimentos intelectuais e

populares. Nos sobradões do Pelourinho, botecos das Sete Portas e sarapatis da meia-noite em Água dos Meninos; na insubmissão literária da Academia dos Rebeldes e nas casas proibidas das "meninas alegres"; nos prelos democráticos do Diário da Bahia e O Imparcial; nos candomblés de Procópio e Aninha, Camafeu e Menininha; no convívio igual dos trabalhadores do cacau em Sequeira do Espinho; nos saveiros viajando para Cachoeira e Porto Seguro.

É dessa prosa forte, cor e coração, dor e odor de povo, que nós vemos: O País do Carnaval, Cacau, Suor, Jubiabá, Mar Morto e, entre outros, Capitães da Areia.

Ali, anunciam-se e apurava-se o mestre.

O breviário marxista, prevê a existência de duas nações em cada nação; duas culturas nacionais em cada cultura nacional. A cultura burguesa, tradicional, clerical e elitista, com seus elementos atuando de forma dominante/dominadora. E a cultura popular, democrática e socialista, cujos elementos — sementes ideológicas — provêm da classe trabalhadora e dominada.

No Brasil — para Sílvio Romero — essa dicotomia cultural equaciona-se de forma peculiar, refletindo as condições e contradições de nossa sociedade. Não chegaremos, pela ausência de conflito revolucionário, à falar de uma simbiose perfeita. Sincretismo — fenômeno e solução bem ao jeito brasileiro — é, talvez, melhor explicação. Mas o fato é que a dualidade virou convivência assimilada e cultivada.

Jorge Amado seria a própria tese demonstrada.

É tal qual Pedro Archanjo, de Tenda dos Milagres, conciliando fé e ideologia, religião e ceticismo, candomblé e militância política. Híbrido de Apolo e Dionísio.

Em Capitães da Areia, a duplicitade é manifesta.

O começo diz tudo.

O prólogo é síntese dialética de tema e texto, autor e obra.

Espontânea empatia infanto-juvenil nasce entre o chefe da gangue Pedro Balae e a "linda criança de 11 anos", o pequeno Raul. O autor se deixa revelar na consentida duplicidade existencial e literária. Não é gratuito o simbolismo de ser Raul "dos ginasiários mais aplicados do Colégio Antônio Vieira", afamado internato jesuítico de Salvador, tal qual fora, com a mesma idade, o próprio Jorge Amado.

O diálogo entre as crianças, reproduzido pela ingênua fidelidade de Raul, é ainda mais revelador:

" — Ele disse que eu era um tolo e não sabia o que era brincar.

Eu respondi que tinha bicicleta e muito brinquedo. Ele riu e disse que tinha a rua e o cais. Fiquei gostando dele, parece desses meninos de cinema que fogem de casa para passar aventuras."

Essa sensação contrafeita de segurança e independência, o amadurecimento precipitado pela ânsia de sobreviver, a consciência narcisista de donos de si mesmos, somam-se ao sentimento de revolta intransitiva e à natural agressividade adolescente, para formar o perfil dos capitães da areia.

E Jorge Amado nos conta:

O que o Sem Pernas quer mesmo é felicidade, alegria, fugir de toda aquela miséria que nos cerca e estrangula. Há, é verdade, a grande liberdade das ruas. Mas há também, o abandono de qualquer carinho, a falta de todas as palavras boas. Ele não quer o refúgio confuso do misticismo, cômico o anêmico Pirulito. Quer coisa imediata, que põnha seu rosto sorridente e alegre, mão que acaricie, alguém que o faça esquecer o defeito físico e os muitos anos que viveu sozinho nas

ruas da cidade, hostilizado pelos passantes, empurrado pelos guardas, surrado pelos moleques maiores.

A confidência solitária de um é o apelo mudo e dramático de todos. Dos capitães da areia ou do asfalto; dos "filhinhos pobres de Omolu" e dos pixotes; trombadinhas e pivotes. Daqueles que, violentados na infância e juventude, se agrupam hoje, tristemente, sob a rubrica técnica/tecnocrática de "problemática do menor abandonado". Personagens da mesma tragédia urbana.

E na confidência e no apelo, a denúncia implacável.

Denúncia contra o despreparo oficial que consente na eternização do problema. Censura explícita à sociedade, que tem preferido ignorar a questão social do menor brasileiro, lembrando-se dela apenas quando se assusta com o noticiário de assaltos, fugas e revoltas nos internatos institucionais — versões modernizadas, e nem por isso mais sensíveis, do cínico e opressivo reformatório do livro. É nessas horas de susto que surgem sempre os truculentos de plantão, exigindo corretivos policialescos.

Muitas análises asseguram que as causas verdadeiras do problema do menor se encontram, paradoxalmente, na convivência insólita do desenvolvimento e subdesenvolvimento. A chamada teratologia do progresso; o choque súbito do desenvolvimento acelerado e não planejado.

Nas origens da questão, há fatores típicos de países vivendo a ânsia do desenvolvimento, como industrialização, urbanização desmedida, êxodo rural e desequilíbrio do sistema produtivo. Convivem com variáveis próprias de países subdesenvolvidos: precária infra-estrutura médico-sanitária, analfabetismo e evasão escolar, explosão demográfica, baixa qualificação de mão-de-obra, renda per-capita insuficiente, pobreza, miséria.

Todos esses fatores influem, em maior ou menor grau, no dimensionamento sócio-econômico do problema.

As migrações rurais e o crescimento demográfico são conhecidos exemplos brasileiros.

Consequência da urbanização crescente e desordenada e da incapacidade produtiva nas regiões de origem, onde subsiste uma estrutura fundiária injusta e anacrônica, as migrações rurais, nos eixos Norte-Sul, interior metrópole, ampliam desequilíbrios sociais e realimentam a questão do menor carente.

As cidades — meta a mito da ilusão migratória — não têm condição de absorver a diáspora rural. Tornam-se importantes ante a demanda crescente de saneamento, educação e habitação do vasto cinturão de pobreza, instalado em sua periferia, sob a forma subumana de favelas, mocambos e invasões.

Quando Sem-Pernas, de dentro de sua desesperança afirma que "Bondade não basta. Só o ódio...", Pedro Bala, já com o gosto e o jeito revolucionários nascentes, retruca:

"Nem o ódio, nem a bondade. Só a luta."

Também não é por aí que passa a solução do problema do menor; ou de qualquer drama social. Não é pelo radical ardor do combate nem pelo confronto de classe que encontraremos o remédio definitivo e a cura desejada. A questão ultrapassa ideologias e proselitismos. Vai além de filosofias e doutrinas.

A solução passa pelo íntimo consciente de cada um e se reflete na psicologia do comportamento social. Ela está na mudança coletiva de atitudes e sentimentos. Na troca da indiferença inerte pela participação; da insensibilidade pela mobilização construtiva. Ela se encontra na certeza de que podemos mudar. A começar de nós mesmos.

Capitães da Areia fez 50 anos e seu autor, 80. A lira é triste, pois o drama permanece. De nós depende o futuro.

Que **Capitães da Areia** faça 60, 70, cem anos e que a lembrança seja apenas literária — a riqueza da obra — é não a dolorosa persistência do tema social.

De nós depende não permitir que o canto continue elegia. Vire canto de redenção, seja como a "Canção Amiga", de Drummond.

Acorde os homens e adormeça as crianças, na paz de um mundo justo e igual.

Com a bênção benfazeja do Jorge Amado, Obá da Bahia.

Marcos Vinícius Vilaça

Especial para o Correio

Marcos Vinícius Vilaça é Ministro do Tribunal de Contas da União e membro da Academia Brasileira de Letras

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11h, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura da Mensagem nº 69, de 1992, do Congresso Nacional. (Pausa.)

Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 54, de 1992, de autoria do Senador Lourival Baptista e outros Srs. Senadores, que proíbe o uso do fumo e seus derivados no recinto do plenário do Senado Federal.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

A matéria será despachada às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 385, de 1991 — Complementar

(Em regime de urgência nos termos do
art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 385, de 1991-Complementar (nº 97/92, naquela Casa), de autoria da Senadora Marluce Pinto, que dá nova redação ao art. 3º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Esperidião Amin, favorável ao Substitutivo da Câmara.

— 2 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do
art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 56, de 1992 (apresentado pelo Senador Esperidião Amin como conclusão de seu Parecer de Plenário), que autoriza contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Des-

senvolvimento — BIRD, destinada ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, a ser executado pelo Ministério da Ação Social.

— 3 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 57, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 57, de 1992 (apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro como conclusão de seu Parecer de Plenário), que autoriza a contratação de operação de crédito externo, com garantia de crédito externo, com garantia da União, no valor equivalente a até duzentos e sessenta milhões de dólares entre a Petrobrás S.A., e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, financiamento parcial do Projeto Polidutos e Estação de Hidrotratamento.

— 4 —

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 17, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução n° 17, de 1992 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como do Parecer n° 91, de 1992) que autoriza a República Federativa do Brasil a ultimar a contratação de operação de crédito externo, no valor de cento e sessenta e sete milhões de dólares norte-americanos, junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD, tendo

PARECER, proferido em Plenário, Relator: Senador Odacir Soares, contrário às Emendas n°s 1 e 2.

— 5 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 65, DE 1992

(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n° 92, de 1991, e os Projetos de Lei do Senado n°s 6, 13 e 100, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 1992 (n° 11/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. (Dependendo de pareceres.)

— 6 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 92, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara n° 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado n°s 6, 13 e 100, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 92, de 1991 (n° 1.714/89, na Casa de origem), que regulamenta o art. 185, inciso I, da Constituição Federal, e define pequeno e médio produtores rurais. (Dependendo de pareceres.)

— 7 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 6, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara n°s 92, de 1991 e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado n°s 13 e 100, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 6, de 1991, de autoria do Senador Marco Maciel, que regula o art. 185, da Constituição da República, e dá outras providências. (Dependendo de pareceres.)

— 8 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 13, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara n°s 92 de 1991, 65 de 1992, e os Projetos de Lei do Senado n°s 6 e 100, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 13, de 1991, de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que regulamenta a função social da propriedade rural e a execução da reforma agrária. (Dependendo de pareceres.)

— 9 —

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 100, DE 1991

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei da Câmara n°s 92, de 1991 e 65, de 1992, e os Projetos de Lei do Senado n°s 6 e 13, de 1991.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n° 100, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que define a pequena propriedade rural e estabelece meios para financiar o seu desenvolvimento. (Dependendo de pareceres.)

— 10 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 67, DE 1989

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 67, de 1989 (n° 1.148/88, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as ações de prevenção e controle das zoonoses urbanas e dá outras provisões, tendo

PARECER, sob n° 215, de 1992, da Comissão

— de Assuntos Sociais, favorável ao Projeto, com as Emendas de n°s 1 e 4 — CAS.

— 11 —

REQUERIMENTO N° 248, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento n° 248, de 1992, de autoria do Senador Jarbas Passarinho, solicitando nos termos regimentais, à transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo intitulado “A Nova Realidade Militar”,

de autoria do Senador José Sarney, publicado no jornal **Correio Braziliense**, edição de 8 de maio de 1992.

— 12 —

REQUERIMENTO Nº 251, DE 1992

Votação, em turno único, do Requerimento nº 251, de 1992, de autoria do Senador Esperidião Amin, solicitando, nos termos regimentais, a transcrição nos Anais do Senado Federal, da matéria intitulada “O beco visto de frente”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 10 de maio de 1992.

— 13 —

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 1992

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 1992, (nº 82/91, na Câmara dos Deputados), que altera o art. 29 da Constituição Federal, tendo

PARECER, favorável sob nº 246, de 1992, da
Comissão Temporária

— 14 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 36, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1992 (nº 4.575/90, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal Militar, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus Serviços Auxiliares, tendo

PARECER favorável, sob nº 222, de 1992, da Comissão — de Constituição, Justiça e Cidadania.

— 15 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 1992

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1992 (nº 4.818/90, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que cria cargos de Procuradores do Trabalho de 2ª Categoria, cargos efetivos e em comissão e dá outras providências, no âmbito do Ministério Público do Trabalho. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.)

ATAS DE COMISSÃO

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 22, DE 1992

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar e tendo em vista a decisão adotada em sua 13ª reunião ordinária, realizada em 20 de julho de 1992, e o que consta dos Processos nºs 002663/91-0 e 002947/92-7 resolve anular a decisão tomada por esta Comissão Diretora, em 17 de fevereiro de 1992, de demitir o servidor RENATO JANQUIES, Técnico Legislativo-Área de Segurança, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Permanente, decisão essa consumada pelo Ato do Presidente nº 81, de 1992.

Senado Federal, 20 de julho de 1992. — Mauro Benevides — Saldanha Derzi — Meira Filho — Beni Veras.

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 282, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.797/92-7 resolve aposentar, voluntariamente, ERNANI JEFFERSON ARGOLLO DE LUCENA, Técnico Legislativo, Área de Segurança classe “Especial”, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 198, 186, inciso III, alínea a, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o art. 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 15 de julho de 1992. — Senador Mauro Benevides Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 318, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD 000.343/88-9, resolve nomear ALVES PEREIRA DAS NEVES JÚNIOR para o cargo de Especialista em Informática Legislativa/Técnicas de Teleprocessamento, Classe 5º, PL M 08, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, em virtude da aprovação em concurso público homologado em 7-12-89, pelo Ato nº 37, de 1989, e prorrogado pelo Ato nº 40, de 1991, ambos da Comissão Diretora do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 319, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD 000.343/88-9, Resolve nomear LEONARDO COSTA SCHULER para o cargo de Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, Classe 5º, PL S21, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, em virtude da aprovação em concurso público homologado em 7-12-89, pelo Ato nº 37, de 1989 e prorrogado pelo Ato nº 40, de 1991, ambos da Comissão Diretora do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 320, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a

delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD 000.343/88-9, resolve nomear MARCELO SILVA CUNHA para o cargo de Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, Classe 5^a, PL-S21, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, em virtude da aprovação em concurso público homologado em 7-12-89, pelo Ato nº 37, de 1989, e prorrogado pelo Ato nº 40, de 1991, ambos da Comissão Diretora do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 321, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD 000.343/88-9, resolve nomear MARCELO ANDRADE DE JESUS para o cargo de Especialista em Informática Legislativa/Análise da Informação, Classe 5^a, PL-S21, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, em virtude da aprovação em concurso público homologado em 7-12-89, pelo Ato nº 37, de 1989 e prorrogado pelo Ato nº 40, de 1991, ambos da Comissão Diretora do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 322, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº PD 000.343/88-9, resolve nomear JÚLIO CESAR SILVA PERES para o cargo de Especialista em Informática Legislativa/Técnicas de Teleprocessamento, Classe 5^a, PL-M8, do Quadro de Pessoal do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal — PRODASEN, em virtude da aprovação em concurso público homologado em 7-12-89, pelo Ato nº 37, de 1989, e prorrogado pelo Ato nº 40, de 1991, ambos da Comissão Diretora do Senado Federal.

Senado Federal, 7 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 323, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental é regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009.188/92-4, resolve aposentar, voluntariamente, YVONNE FERNANDES DA SILVA, Técnico Legislativo, Área de Processo Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Permanente, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 193, 186, inciso III, alínea c, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com as vantagens da Resolução (SF) nº 21, de 1980, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 324, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência, que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.671/92-5, resolve alterar o Ato desta Presidência nº 210, de 1987, publicado no DCN, Seção II, de 14-10-87, para manter aposentada, voluntariamente, a servidora GENOVEVA AYRES FERREIRA DIAS, no cargo de Analista Legislativo, Classe "Especial", Padrão III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 67 e 186, inciso III, alínea a, da Lei nº 8.112, de 1990, e artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, bem assim com as vantagens da Resolução (SF) nº 21, de 1980, com proventos integrais, a partir de 26 de março de 1992, proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 325, DE 1992

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental é regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 008.796/92-0, resolve aposentar, por invalidez, o servidor MANOEL DOMINGOS NETO, Técnico Legislativo, Área de Assistência de Plenário e Portaria, Classe "Especial", Padrão II, do Quadro de Pessoal do Senado Federal — Parte Permanente, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, 1º, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com o artigo 11 da Resolução (SF) nº 87, de 1989, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 10 de agosto de 1992. — Senador Mauro Benevides, Presidente.

PORTRARIA Nº 43, DE 1992

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve redesignar GOITACAZ BRASÔNIO PEDROSO DE ALBUQUERQUE, Analista Legislativo, MARGARETH ROSE NUNES LEITE CABRAL, Analista Legislativo, e CÉLIA MARIA DOMINGOS RANGEL, Analista Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 009389/91-1.

Senado Federal, 5 de agosto de 1992. — Senador Dirceu Carneiro Primeiro Secretário.

PORTRARIA Nº 44, DE 1992

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve desig-

nar JOSÉ AUGUSTO ARCOVERDE DE MELO, Assessor Legislativo, WILSON ROBERTO THEODORO, Assessor Legislativo, e RICARDO LUIZ LEITE OLIVEIRA, Assessor Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Inquérito incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 017883/91-1.

Senado Federal, 5 de agosto de 1992 — Senador Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário.

PORTRARIA Nº 45, DE 1992

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve prorrogar, por sessenta dias, nos termos do artigo 152 da Lei nº 8.112, de 1990, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquérito designada pela Portaria nº 25, de 1992.

Senado Federal, 5 de agosto de 1992 — Senador Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário.

PORTRARIA Nº 46, DE 1992

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve revogar a Portaria nº 16, de 1992.

Senado Federal, 5 de agosto de 1992. — Senador Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário.

PORTRARIA Nº 47, DE 1992

O Primeiro Secretário do Senado Federal, no uso de sua competência regimental e regulamentar, resolve prorrogar por 30 dias o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial designada pela Portaria nº 42, de 1992.

Senado Federal, 5 de agosto de 1992. — Senador Dirceu Carneiro, Primeiro Secretário.

PORTRARIA Nº 19, DE 1992

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais, resolve designar ALAOR BARBOSA DOS SANTOS, Assessor Legislativo, MARGARETH ROSE NUNES LEITE CABRAL, Analista Legislativo, e MARCO

AURÉLIO DE OLIVEIRA, Analista Legislativo, para, sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicação incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 008447/92-6.

Senado Federal, 7 de agosto de 1992. — Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 020/92

Processo: 008561/92-3

Moralidade: Dispensa de licitação

Contratada: Kroll Associates, INC

Contratante: Senado Federal

Objeto: Prestação de serviços de auditoria, rastreamento e detecção de fatos relativos à real natureza e propósito de empresas situadas no exterior, para apurar denúncias contra o Senhor Paulo César Cavalcante Farias, conforme investigação a cargo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Crédito pelo qual correrá a despesa: À conta do Programa de Trabalho 01.001.0001-2021/0002 e Natureza da Despesa nº 3490.3999/0.

Empenho: Foi emitida a Nota de Empenho nº 001804

Valor Contratual: Estimado em Cr\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros).

Signatário: Pelo Senado Federal Dr. Manoel Vilela de Magalhães. Pela Contratada: Stephen Craig Robinson, Ger-son Martins de Rezende, Diretor da SSAMP em exercício.

ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 935, de 1991, destinada a investigar a situação atual da evasão fiscal no País.

(*) ATAS DA 1^a A 9^a REUNIÕES,
REALIZADAS DE MARÇO A JULHO DE 1992

(*) Publicadas em Suplemento à presente edição.